

História Moderna

GERARDO ACERVES CONDE



GERARDO ACERVES CONDE

HISTÓRIA MODERNA

1ª EDIÇÃO

Sobral/2015

INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada

PRODIPE - Pró-Diretoria de Inovação Pedagógica

Diretor-Presidente das Faculdades INTA

Dr. Oscar Rodrigues Júnior

Pró-Diretor de Inovação Pedagógica

Prof. PHD João José Saraiva da Fonseca

Coordenadora Pedagógica e de Avaliação

Profª. Sonia Henrique Pereira da Fonseca

Professor conteudista

Gerardo Acerves Conde

Assessoria Pedagógica

Sonia Henrique Pereira da Fonseca

Evaneide Dourado Martins

Juliany Simplicio Camelo

Revisor de Português

Francisca Geane Souza Oliveira

Diagramador

José Edwalcyr Santos

Diagramador Web

Luiz Henrique Barbosa Lima

Analista de Tecnologia Educacional

Juliany Simplicio Camelo

Produção Audiovisual

Francisco Sidney Souza de Almeida (Editor)

Operador de Câmera

José Antônio Castro Braga

Sumário

Palavra do Professor-autor	09
Ambientação.....	12
Trocando ideias com os autores	16
Problematizando	18
Aprendendo a Pensar	20

1 Conceito de Modernidade

Conceituando Modernidade	23
--------------------------------	----

.....

2 Os processos de acumulação de capital

As origens do capitalismo	29
---------------------------------	----

O desenvolvimento das forças produtivas e o capitalismo a partir do século XV.....	30
--	----

.....

3 A Expansão Marítima e Comercial

A Expansão Marítima e Comercial.....	36
--------------------------------------	----

.....

4 A Reforma e a Contrarreforma

As primeiras tentativas de Reforma dentro da Igreja.....	40
--	----

As causas do protestantismo	42
-----------------------------------	----

Matinho Lutero	44
----------------------	----

As Teses de Lutero	45
--------------------------	----

O Luteranismo.....	47
--------------------	----

Crise, decadência ea morte de Lutero	51
Reflexões finais sobre Lutero.....	52
O Calvinismo.....	53
O Anglicanismo	56
A Contrarreforma	59
O Concílio de Trento.....	59

5

O Renascimento Cultural e o Barroco

Renascimento Italiano.....	68
O Renascimento em outras regiões da Europa.....	70
O Barroco	73
O Rococó.....	74

Leitura Obrigatória	76
Revisando	78
Autoavaliação	82
Bibliografia	86
Bibliografia Web	89

Palavras do Professor–autor

Para que estudar História? Para saber o que aconteceu no passado?

Não. Saber o passado não justifica o esforço de estudar. O acesso a um bom pesquisador na *internet* satisfaria a necessidade de conhecer algum detalhe dos tempos passados, em algum determinado momento. O computador já contém mais dados registrados do que qualquer historiador moderno possa reter. Porém, a memória dos dados históricos não garante a formação do pensamento.

Por isso, estudar História deve servir para comprometer-se com a construção do pensamento crítico, ou seja, deve possibilitar a construção do questionamento permanente sobre a sociedade no presente. Estudar a História é indagar pelas formas de pensamento e os modos de construir sociedade que os seres humanos já utilizaram, para interpretá-las em função da realidade cultural atual.

Como propomos na *Ambientação*, os fatos que nos marcaram devem ser permanentes objetos de revisão e de debate, porque os problemas que atingem hoje à sociedade requerem um olhar amplo e integrador que a História oferece e que é necessário para compreender a realidade do momento histórico em que vivemos e a complexidade de nossos grupos sociais, no contexto geral. Somos, queiramos ou não, produto do passado.

O conhecimento gera a compreensão e promove a afeição. Por isso, ao propor para você a leitura e a reflexão sobre este conteúdo, nós, do INTA-EAD, gostaríamos que você, estudante, encontrasse aqui as bases históricas necessárias à compreensão do momento histórico presente para valorizar e proteger o que nossa cultura nos oferece, que foi conquistado pela humanidade, ao longo de séculos de história.

O autor.

Biografia do autor



Gerardo Acerves Conde, bacharel em Filosofia pela Universidade Pontifícia. Licenciado em Ciências Eclesiásticas pela Universidade de Navarra, Espanha. Bacharel em Teologia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional em Gerontologia, pelo INTA. Licenciado em Letras Espanholas, pela Universidade Federal do Ceará. Mestrando em Gerontologia, pela Universidade Aveiro, de Portugal. Atualmente é professor de Língua Espanhola e Formação Humana na Escola Profissionalizante Dom Walfrido T. Vieira e professor universitário, lecionando várias disciplinas na área de humanas.

AMBIENTAÇÃO À DISCIPLINA

Este ícone indica que você deverá ler o texto para ter uma visão panorâmica sobre o conteúdo da disciplina.

A large, stylized lowercase letter 'a' in a dark teal color, set within a white circular background that is partially overlaid by a dark teal horizontal bar.

Olá, sejam bem vindos!

Hoje, nós falamos uma língua europeia. O inglês, o francês e o castelhano, as línguas estrangeiras mais procuradas atualmente nos cursos de idiomas, são também europeias.

A religião majoritária no Brasil é o Catolicismo Romano. Os grupos neopentecostais e as igrejas protestantes lançam seus alicerces teológicos nas revoluções protestantes geradas na Alemanha, na Inglaterra, e outros países europeus. Hoje nós lemos a Bíblia em nossa língua, porque um monge alemão rebelou-se ao monopólio romano e decidiu traduzir a Bíblia para seu idioma, para o povo leigo ter acesso à Palavra diretamente, sem a intermediação de um ministro ordenado.

Os valores democráticos que nossa constituição professa, bebem diretamente da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* construída na França revolucionária. Lemos em letra impressa, porque um ferreiro alemão teve a ideia de fundir ferro sobre os moldes das letras da xilografia e usar uma prensa de uva para imprimir a Bíblia, mais rápido do que um monge a copiava a mão. Não foi a invenção chinesa que chegou a nós, mas a europeia.

Na atualidade ainda estudamos as ciências classificadas em áreas de estudo, de forma independente, conforme se fez nas primeiras Universidades, centros de estudo onde os cientistas, os escritores e os filósofos, lecionavam magistralmente a uma turma que aspirava, com o saber, o prestígio e à fama. Assim, enquanto eles explicavam a natureza e procuravam livrar-se da influência de Aristóteles e do clero, assombraram o mundo com seus descobrimentos, seus artefatos e seu saber. Essas Universidades surgiram todas na Europa, e inspiraram o surgimento das primeiras Universidades nos países da América Colonial.

Não teria havido colonização sem a prévia instauração de uma nova forma de entender a economia, produzir e distribuir riqueza, e sem a técnica necessária para atrever-se a sair além dos mares conhecidos e superar as distâncias entre os continentes. Isso tudo chegou a América, metaforicamente, com as Caravelas de Colón. Conquista, colonização e, independência das Américas dependeram da ideologia que lá na Europa se geraram no transcorrer da Idade Moderna.

A democracia em nosso país não é somente produto da oposição ao regime militar instaurado em 1964. Nossa Constituição (1988) não é somente produto do plebiscito de 1993, onde o povo escolheu a República sobre a monarquia e o regime

presidencialista sobre o parlamentarista. Nossa economia não depende somente das atuais relações internacionais. Nossas estruturas e manifestações culturais não são um simples produto etnocentrista contemporâneo.

O cristianismo plurirreligioso no Brasil, não é somente resultado da liberdade de credo que a Constituição nos garante. Tudo o que somos hoje, como brasileiros do século XXI, está relacionado ao contexto histórico, onde se desenvolveram as bases nas quais nossa vida atual começou a preparar-se.

Colonização e independência, idioma, música, literatura, reflexões filosóficas e explicações científicas. Política, democracia, direitos, técnicas, leis e religião. A presença da memória chamada "Idade Moderna", em nossa vida influencia enormemente nossa cultura, ainda hoje. Nós somos produto dessa época.

Estas páginas não podem trazer todo o saber acerca do período histórico tão amplo quanto complexo, que foi a Idade Moderna, mas foram pensadas para serem um guia de referência na procura dos principais ícones representativos deste tempo (acontecimentos e personagens), e que marcaram a história subsequente, colocando os alicerces da forma de ser do Ocidente **hodierno**.

Bons estudos!

TROCANDO IDEIAS COM OS AUTORES

A intenção é que seja feita a leitura de obras indicadas pelo professor-autor numa perspectiva de dialogar com os autores de relevo nacional e/ou mundial.



ti

Este é o momento em que você irá trocar ideias com os autores.



História dos séculos XVI e XVII na Europa, de Mario Curtis Giordani. É um excelente livro de consulta, obra bem fundamentada, com documentos da época e outras fontes de consulta. Ótimo para pesquisa, com leitura relativamente fácil, apesar de seu volumoso aspecto. Abrange os séculos mais produtivos da modernidade e os aspectos mais variados que possam ter sido influenciados pelo mercantilismo e o pensamento econômico da época: as diferentes filosofias desse tempo, as monarquias absolutistas, as artes, as ciências, a produção técnica. Também trata com profundidade dos movimentos revolucionários, dos cismas religiosos e da formação dos Estados europeus. A ampla gama de temas que trata este livro está enriquecida com a variedade de detalhes que oferece sobre as personagens da história que narra, assim como da vida e a obra de filósofos, economistas, políticos e artistas.

GIORDANI, Mário Curtis. **História dos séculos XVI e XVII na Europa**. Petrópolis: Vozes, 2003.



Sugerimos que você leia o livro **História Moderna e Contemporânea**, no qual o autor consegue unir, várias características difíceis de fazer comungar num livro de história: Profundidade, criticidade e interdisciplinaridade, junto com a agilidade que faz agradável sua leitura. O autor analisa a história e sua relação com a economia, com a política, com a religião e com a vida social. Temas que, aliás, estão intimamente relacionados com o desenvolvimento da modernidade.

ARRUDA, José Jobson A. **História moderna e contemporânea**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 1977.

GUIA DE ESTUDO

Após a leitura das obras, sugerimos que escolha uma e faça uma resenha.

PROBLEMATIZANDO

É apresentada uma situação problema onde será feito um texto expondo uma solução para um problema abordado, articulando a teoria e a prática profissional.



Em uma conversa entre cinco amigos, um deles contou uma piada: “Quantos espanhóis precisamos para trocar uma lâmpada? Precisamos cinco. Um para segurar a lâmpada e quatro para girar a mesa”. Seus companheiros riram, porém um deles ficou calado. As piadas seguiram-se uma a outra, algumas bem-humoradas, outras não, e algumas um tanto chatas, mas todas ironizavam espanhóis, portugueses e ingleses. Em todas, somente um dos jovens permaneceu em silêncio, sem achar graça das piadas de seus companheiros.

Por fim, o jovem que tinha permanecido em silêncio, e que era afro-descendente, se manifestou: “Por que temos que rir deles? – Por que são europeus? Por que nos colonizaram e nos escravizaram?”. Agora é nossa vez de revidar!

GUIA DE ESTUDO

Faça uma análise dessa situação usando o que você estudou nesta disciplina. Considere: preconceitos, anacronismos, e meias verdades como culpar exclusivamente os europeus pelo mercado humano na escravatura.

APRENDENDO A PENSAR

O estudante deverá analisar o tema da disciplina em estudo a partir das ideias organizadas pelo professor-autor do material didático.

A stylized logo consisting of the letters 'A' and 'p' in a dark teal, serif font. The 'A' is large and the 'p' is smaller and positioned to the right of the 'A'. Both letters are set within a white circular background that is partially overlaid by a dark teal shape.



CONCEITO DE MODERNIDADE

Conhecimentos

Compreender os conceitos 'antiguidade', 'idade média' e 'modernidade', sua origem e a razão de sua permanência na historiografia, a pesar de sua inadequação ao nosso tempo.

Habilidades

Reconhecer acontecimentos e datas importantes que possam servir como referência didática para marcar um início e um fim da Idade Moderna.

Atitudes

Estabelecer para o estudante um referencial para a compreensão da história como um todo.

Conceituando Modernidade.

O fato da América ter sido colonizada por países europeus e a Ásia ter se isolado em suas particularidades culturais e linguísticas, entre outras razões, propiciou que a nossa visão sobre a História fosse europeizante. Essa visão já está tão marcada no inconsciente coletivo, que até a nomenclatura utilizada atualmente (Idade Moderna) continua a obedecer a uma terminologia pensada por um europeu.

Efetivamente, foi o alemão Christophorus Cellarius que entre 1685 e 1688 publicou dois manuais de história: ***História Antiga e História da Idade Média, dos tempos de Constantino à tomada de Constantinopla pelos Turcos (escrito em 1688)***. Se considerarmos que a conquista de Constantinopla aconteceu em 1453 e que Cellarius morreu em 1707, conclui-se que o adjetivo “moderna” obedece à perspectiva do autor.

A modernidade era a época que ele vivia, um período de produção artística, científica e literária, e que ele colocou em oposição ao que chamou Idade Média, identificada como escura, estática e isolada, onde predominavam os dogmas eclesiásticos e a ignorância da população. A época clássica dos filósofos gregos e da origem do Império Romano marca, segundo Cellarius, a Idade Antiga da História.

Constantinopla ou Bizâncio:

A cidade de Constantino I foi a Capital do Império Romano de 330 a 335, e várias vezes também fora a capital do Império do Oriente, também conhecido como Bizantino, entre 345 e 1453.

Durante a Idade Média Constantinopla foi, talvez, a cidade mais rica e próspera da Europa. A cidade foi tomada pelos muçulmanos em várias ocasiões, porém em 29 de maio de 1453, o Imperador Otomano Maomé II derrotou definitivamente ao cristão Constantino XI, último Imperador bizantino, o que significou a queda definitiva do Império Romano e da Idade Média na Europa.

Constantinopla passou a ser chamada Istambul pelos otomanos, e foi sua Capital até a dissolução desse império em 1922.

Em 1923, foi fundada a República da Turquia, com atual capital em Ancara, hoje suspeita de estar entregando armas e ajudando os rebeldes sírios inclusos no grupo autodenominado ISIS (Islamic State for Irak and Siria), o Estado Islâmico.

Essa nomenclatura se impôs nos meios acadêmicos europeus e ainda hoje se utiliza, apesar das vozes discordantes e as polêmicas surgidas em torno do conceito “moderno”, do contexto geográfico onde ele é aplicado e das datas que delimitam este período. Por isso, devemos considerar que o que tradicionalmente se estuda sobre o conceito “Idade Moderna” refere-se à civilização europeia, particularmente a algumas monarquias mais influenciadas pelo encontro das culturas da Europa com as da América, que se transformaram socialmente de forma drástica deixando de lado o Antigo Regime (do absolutismo monárquico) e constituíram o Regime Novo ou Regime Liberal.

Com relação ao marco cronológico, também há discrepância entre os autores. O mais comum é seguir a data proposta na obra de Cellarius e aceitar a **tomada de Constantinopla** (1453), como ponto de referência do início desse período histórico, pois a tomada da cidade foi um ato profundamente simbólico, já que com a queda das muralhas e a destruição dos prédios, ruíram a organização civil, as tradições e os costumes, a forma política, a religião, o idioma, ou seja, tudo culturalmente significativo daquela que tinha sido capital do Império Romano no Oriente.

Outra data proposta pela historiografia para servir de referência é 1492, ano em que o italiano Cristovão Colombo, (para os espanhóis, Cristóbal Colón) chegou acidentalmente às terras que seriam mais tarde batizadas como Novo Mundo, Nova Espanha e, por fim, América. Essa data é, efetivamente, uma referência histórica importante, pois, para os reinos que investiam nas grandes navegações, ela significou uma expansão praticamente infinita em sua economia e em seu poderio.

Em torno ao marco de referência para o final da “Era Moderna”, os autores também têm grandes desavenças. De fato, há duas escolas divergentes: os pensadores da escola da historiografia francesa costumam considerar a tomada da Bastilha como o final da era moderna, e assinalam a época posterior à Revolução Francesa (1789) como “Era Contemporânea”. Outros autores da mesma escola consideram a independência das colônias na América (a partir da Independência dos Estados Unidos, em 1776 e do México em 1810 e as outras colônias, até 1824) como final desta Era.

Por outro lado, os autores que abraçam a escola inglesa de historiografia costumam pensar que a Idade Moderna ainda não foi concluída. Eles a dividem em *Early Modern Times* (XV-XVII) e *Modern History* (XIX-XX). Diante dessas discrepâncias, é útil termos em conta as seguintes conclusões:

- o conceito de período e de idade histórica é tão relativo, que não aceita

critérios absolutos para a limitação de seus espaços;

- no entanto, o estabelecimento de acontecimentos históricos importantes deve servir como marco referencial para a compreensão da história como um todo;
- é conveniente considerarmos alguns acontecimentos e alguns espaços de tempo como referências de utilidade pedagógica e **mnemotécnica** (arte de desenvolver a memória por meios de exercícios apropriados).

Nessa unidade de estudo considera-se Idade Moderna o período de tempo transcorrido aproximadamente entre os séculos XV e XVIII, da queda do Império Romano do Oriente à queda das monarquias absolutistas na Europa, mas você poderá encontrar outros critérios de limitação cronológica na literatura historiográfica.



2

OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Conhecimento

Conhecer a origem histórica do acúmulo e a má distribuição das riquezas e sua relação com o feudalismo medieval.

Habilidades

Reconhecer as origens do nosso sistema atual de produção-consumo de bens na produção cultural das gerações da "Idade Moderna".

Atitude

Posicionar-se criticamente diante do materialismo excludente, no reconhecimento da origem historicamente injusta do acúmulo do capital.

As origens do capitalismo

A contextualização histórica que faz Marx à crítica do capitalismo no seu livro, **O Capital**, introduz nossa análise histórica aos processos econômicos preponderantes na Idade Moderna.

A Idade Média estendeu-se (convencionalmente) entre os séculos V e XV. O modo de produção característico deste tempo foi o feudalismo, que continuou predominando na Europa ocidental durante o período moderno. Esse modo de produção originou-se nas relações econômicas, onde o produtor direto (o camponês) ficava com parte de sua produção, enquanto que entregava ao senhor feudal o imposto de seus produtos e do uso das terras que, frequentemente, eram dele.

Portanto, o pagamento do tributo ao nobre fazia-se ordinariamente em espécie, mas também podia ser pago em serviços, incluindo o serviço militar, para defesa das terras do senhor feudal e em ouro. Assim, tinham-se estabelecido as relações de servidão e dependência que caracterizariam a economia desse longo período histórico.

O capitalismo foi gerado nas entranhas do feudalismo, embora as relações comerciais não fossem essenciais nesse período, que era fundamentalmente agrícola. Ele se desenvolveu a partir dos séculos XV e XVI e é o modo de produção, onde a classe capitalista (a burguesia) possui o capital e os meios de produção, e explora a força do trabalho do operário (cuja classe é o proletariado), desprovido de meios de produção. No capitalismo, o operário vende a força de seu trabalho, como se fosse uma mercadoria, em troca de seu salário.

Durante a Idade Média, o capitalismo coexistiu com o feudalismo na Europa Ocidental. Ele fundamentou-se, nos seus inícios, sobre a produção mercantil simples, onde o artesão era dono do meio de produção fundamental (por exemplo, as ferrarias, as olarias, as peletarias, etc.). Houve um momento em que os pequenos agricultores deixaram de produzir simplesmente o relativo à sua subsistência, no modo de produção doméstico, e passaram a ter um modo de produção mercantil, gerando novas formas de relações econômicas que conviveram com as tradicionais durante muitos anos.

Saiba mais:

• **O Capital: A chamada acumulação primitiva.**

K .Marx, EL CAPITAL, cap. XXIV. 1.
Versão informática em:

<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1860s/eccx86s.htm>

Acesso: 07/10/2015

O desenvolvimento das forças produtivas e o capitalismo a partir do século XV.

O desenvolvimento comercial e econômico dinamizou-se a partir dos séculos XV e XVI, permitindo que as novas forças produtivas e as novas relações sociais de produção e consumo de bens impulsionassem o esforço por se impor sobre o feudalismo. Mas, para isso acontecer foi necessária a presença simultânea de alguns fatores muito marcantes para humanidade. Dentre eles destacam-se:

- a conquista do mar e da arte da navegação e orientação por instrumentos. Elas possibilitaram a chegada a América e as conquistas em Ásia, América e Austrália, abrindo vias de comércio pelo Mediterrâneo e o Atlântico;
- a competência entre portugueses e espanhóis (primeiramente) e depois também entre eles com os ingleses, os holandeses e franceses, pelo mercado mundial, que deu origem à exploração dos recursos e riquezas naturais das colônias e à exploração do trabalho escravo;
- a grande acumulação de capital, fundamentada principalmente nos metais preciosos provenientes da América, na concentração de terras nas mãos da nobreza e de comerciantes ricos, e na produção de ferramentas e utensílios artesanais. Tudo isso deu origem à chamada **acumulação originária ou capital primitivo**, que fundamentou o desenvolvimento do capitalismo nas grandes metrópoles europeias;
- os inventos e o progresso técnico que a navegação impulsionou, o uso da pólvora, a extração de minerais, a imprensa e os artefatos agrícolas puxados por animais, impulsionaram a máquina da economia.

Na Europa houve uma grande chegada de metais preciosos procedentes das colônias, que propiciou a alça sem precedentes no custo de vida. Com a inflação ganharam os que tinham o poder econômico (nobres, burgueses e clero), e perderam os assalariados, que viram seus salários nominais subirem lentamente e baixarem apressadamente seus salários reais.

Porém, o levantamento dos preços não foi só devido à abundância dos metais preciosos, cujo valor declinou. Os preços subiram na Europa porque os custos de produção baixaram, quando a exploração passou de ser servil para ser escrava, tanto na exploração dos metais, no norte do Equador, quanto na exploração da cana de açúcar, aqui nos trópicos.

No século XVI desenvolveram-se grandes empresas dependentes do comércio, da indústria manufatureira e da atividade dos bancos. As primeiras sociedades econômicas eram familiares e patrimoniais. À medida que as empresas se fortaleciam, fortaleceu-se também o crédito, que se expandiu nos empréstimos a interesse, nas obrigações do Estado e arrendamentos de impostos civis e eclesiásticos. O grande comércio exigiu a existência de mecanismos para transferência e compensação de crédito. Desenvolveram-se, assim, os meios de pagamento, as letras de cambio, os *pagarés*. Com crédito, a indústria de manufatura desenvolveu-se rapidamente e produziu muitos empregados, aqueles que, quando podiam subsistir sozinhos, eram artesãos. O impacto desse processo foi muito grande nas áreas rurais, que se esvaziaram. A economia cresceu nas cidades, mas as terras deixaram de produzir alimento suficiente, e este encareceu, causando fome e facilitando a dispersão das epidemias.

Assim, a expansão econômica do século XVI encontrou seus próprios limites, pois, o desenvolvimento das forças produtivas que tendiam a gerar relações capitalistas de produção, acontecia numa Europa predominantemente feudal. Não havia correspondência entre o desenvolvimento econômico e as relações sociais de produção, o que causaria a grande recessão econômica que vigorou praticamente em todo o século XVII.

VEJA MAIS SOBRE O PENSAMENTO DO DEFENSOR DA TEORIA ECONÔMICA DO MERCANTILISMO

AS 9 REGRAS MERCANTILISTAS DE VON HORNICK.

1. Que cada polegada do chão de um país, seja utilizada para a agricultura, a mineração ou as manufaturas.
2. Todas as matérias que se encontrem em um país, sejam utilizadas nas manufaturas nacionais, porque os bens acabados têm um valor maior que as matérias-primas.
3. Que seja fomentada uma população grande e trabalhadora.
4. Que sejam proibidas todas as exportações de ouro e prata e que todo o dinheiro nacional seja mantido em circulação.
5. Que seja obstaculizado tanto quanto for possível todas as importações de bens estrangeiros.
6. Que onde sejam indispensáveis determinadas importações devam ser obtidas de primeira mão, em troca de outros bens nacionais, e não de ouro e prata.
7. Que na medida em que for possível, as importações sejam limitadas

às primeiras matérias que possam acabar-se no país.

8. Que sejam procuradas constantemente as oportunidades para vender o excedente de manufaturas de um país aos estrangeiros, na medida necessária, em troca de ouro e prata.
9. Que não seja permitida nenhuma importação se os bens que se importam existissem suficiente e adequadamente no país.

Fonte: <http://fopeaucb.blogspot.com.br/2011/03/mercantilismo.html>

Acesso: 07/10/2015.



A EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL

Conhecimentos

Compreender a importância e a transcendência dos avanços tecnológicos que possibilitaram o aprimoramento da arte da navegação, sua relação com o mercantilismo e o imperialismo colonial da Europa Renascentista.

Habilidades

Identificar as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais possibilitadas pelo mercantilismo.

Atitudes

Desenvolver o desejo de conhecer e compreender os mecanismos que imperam a macroeconomia atual e sua relação com as leis mercantilistas europeias da Idade Moderna.

A Expansão Marítima e Comercial

A expansão marítima e o crescimento do comércio na Idade Moderna são produto da filosofia do Mercantilismo. Ele pode ser definido como o conjunto de escritos econômicos junto à própria prática econômica que se dá na Europa entre mediados do século XVI e o século XVII. Sua característica principal foi a forte influência do Estado sobre a economia e, portanto, pelo desenvolvimento do intervencionismo.

Segundo a filosofia mercantilista, as monarquias têm o dever de regular quaisquer aspectos da vida econômica, convertendo-se assim nas protetoras ideológicas do Estado. Por isso, identifica-se, na última análise, com o absolutismo das monarquias renascentistas anteriores à Revolução Francesa.

O Mercantilismo teve êxito na Europa Moderna porque ofertou alguma ordem dentro do caos monetário em que os vários países europeus caíram ao modificar suas monarquias, pois cada rei tinha sua moeda, cada principado importante e até também cada cidade importante acunhavam sua moeda. Assim, na Europa chegou a haver mais de mil sistemas monetários diferentes.

O comércio marítimo e fluvial desenvolvidos na Idade Média possibilitou a melhoria das condições para o transporte de mercadorias, desenvolveu a cartografia, os relógios, os instrumentos de navegação oceânica, os novos tipos de barcos como as caravelas, os galeões e as fragatas, fazendo crescer o comércio interno e o externo, principalmente das mãos das Colônias.

O **intervencionismo** desenvolve-se em torno à legislação reguladora que focaliza acrescentar os impostos para sustentar o poderio militar e o luxo da corte e mediatizar o desenvolvimento econômico, aumentando a riqueza e o poder das elites. Os teóricos do mercantilismo predizem o desenvolvimento econômico da nação, por meio do enriquecimento adquirido no comércio exterior, que possibilita dar saída à produção excedente. Neste sentido, o Estado tem o papel de adotar políticas protecionistas, estabelecendo barreiras comerciais à importação de produtos estrangeiros e apoio à exportação dos produtos nacionais.

O mercantilismo teve quatro características básicas:

- **o popularismo:** ideia de que um país é mais rico, quanto maior for sua população;
- **o bulionismo:** crença de que a riqueza de um Estado seja medida pela quantidade de metais preciosos (principalmente ouro extraído das próprias

minas) acumulados;

- **o protecionismo:** a forma de conseguir a maior quantidade de ouro e outros metais preciosos nos países onde não existem minas é cobrar em ouro pelo direito de seus portos e fronteiras, protegendo as indústrias e os comércios nacionais;
- **o absolutismo:** as monarquias absolutistas se fortalecem equilibrando e controlando as balanças comerciais.

O Mercantilismo foi a ideologia econômica dominante em toda a Europa da Idade Moderna. No entanto, aplicou-se com maior êxito na França, na Inglaterra e na Espanha. Na França, esta ideologia foi concebida pelo Ministro de Finanças, Jean Babtiste Colbert, de quem recebeu o nome de *Colbertismo*. Colbert eliminou os obstáculos ao comércio, reduziu taxas de alfândega, construiu infraestrutura (estradas, canais e portos), e fortaleceu a indústria e a economia ao ponto de fazer da França uma das principais potências econômicas da Europa de seu tempo. Mas comercialmente não alcançou o êxito que queria, e foi superado por Inglaterra e Holanda.

Na Inglaterra, o Mercantilismo adotou a forma de controle sobre o comércio internacional que favoreceu a exportação e penalizou a importação. Os ingleses transformaram sua terra não cultivada em terra agrícola, e exploraram ao máximo todos seus recursos, ao ponto de drenar a região dos Fens (pântanos da planície de Bredford). Essa forma particular de Mercantilismo levou os ingleses a apropriar-se da metade do mundo, sempre à procura de novas terras para explorá-las e tirar delas riquezas minerais e fontes de energia.

Na Espanha, o Mercantilismo foi mediatizado pelos teóricos Tomás de Mercado, Sancho de Moncada e Martin de Azpirucqueta. As vias comerciais mais importantes foram as do Oceano Mediterrâneo, as do Mar Báltico, o Oceano Índico, e o Oceano Atlântico, tendo principal importância as vias marítimas entre a Península Ibérica, China, Filipinas e México.

Porém, não somente o comércio exterior cresceu, mas também algumas vilas comerciais dos interiores europeus enriqueceram. Nas cidades do interior celebravam-se férias, onde se desenvolvia o comércio com dinheiro. Criaram bancos, onde se guardaram grandes fortunas. As casas de câmbio de moeda e suas taxas geraram tanta riqueza para os donos, que passaram a emprestar dinheiro à nobreza e à monarquia para manter seu *status*. Porém essa riqueza foi passageira, e a consequência do exagero dos empréstimos, nefasta. Todas essas casas de moeda quebrariam mais tarde, e detrás delas, a monarquia absolutista.



cdn3.mihistoriauniversal

4

A REFORMA E A CONTRARREFORMA

Conhecimentos

Compreender a situação moral da Igreja anterior à revolta de Lutero e causas reais, religiosas, políticas e nacionalistas de cada um dos chamados reformadores, principalmente na Alemanha, na Suíça e na Inglaterra;

Conhecer o esforço da Igreja Católica por empreender sua própria reforma na moral e nos aspectos especificamente religiosos.

Habilidades

Desmitologizar os "reformadores". Reconhecer a influência das religiões na formação dos Estados Europeus modernos. Fundamentar social e historicamente uma posição crítica diante das chamadas religiões cristãs históricas.

Atitudes

Manter uma posição crítica, porém imparcial, diante das religiões cristãs históricas, colaborando na superação dos preconceitos históricos.

A Reforma e a Contrarreforma.

Observe o texto abaixo de Daniel Olmedo:

«Poucos séculos foram tão tempestuosos, tão contraditórios, como o século XVI. Luzes e sombras, grandeza e miséria, frutos felizes de paz e amarga desolação de guerra, com cortejo de pestes, fome e morte. O fulgurante zênite do Renascimento (Miguel Ángel, Rafael, Leonardo) não calou o clamor pela Reforma da prostrada Igreja, cuja doença secular, na cabeça (o Papa) e nos membros (os ministros e os fiéis), chegou à crise moral. Clamor insistente e variado, enérgico e abnegado, ou revolucionário e destrutor.

Poucas vezes surpreende tanto a falácia das divisões cronológicas, quanto o pretender colocar uma data para o início desta época, em verdade climatérica, da Reforma. Para o homem moderno, acostumado às perspectivas nórdicas, a Reforma evoca, perante tudo, o frade alemão e sua obra. Ainda mais tendencioso é querer apresentar a Reforma Protestante como fruto exclusivo do Renascimento, e ainda pior, apresentar a vigorosa Reforma Católica com o dissimulado e malévolo título de Contrarreforma, como se somente tivesse sido consequência da revolução luterana. Nada disso. Nem a catástrofe protestante foi fruto do Renascimento, nem Lutero foi o iniciador do movimento reformador, nem sua obra reformou, mas sim destruiu a metade da Europa, da Cristandade e da Igreja». (OLMEDO, 1985, pg. 437). Traduzido por Gerardo Aceves Conde.

O texto de Olmedo, citado acima, introduz nossa aproximação ao estudo acerca da Reforma. Como se evidencia nele, há uma posição ambígua por parte do julgamento dos autores sobre os fatos analisados, mas sobre tudo, um posicionamento enérgico, e talvez ressentido sobre a parcialidade que a proposta temática tradicional (Renascimento-Reforma-Contrarreforma) implica, ora como exaltação descontextualizada a um Reformador, ora como negação da iniciativa pessoal de uma Igreja que, inclusive antes do Cisma, já se engajava na sua Reforma interna.

Buscando objetividade, nossa proposta é partir dessa realidade prévia à ação de Lutero, chegar a ele, analisar a influência dos Príncipes germanos no Cisma e rever a posição atual das Igrejas Luterana e Católica, acerca da comunhão na fé, professada recentemente. Outros movimentos chamados "reformistas" serão considerados, porém não aprofundados nesta unidade de estudo, ficando aos estudantes a responsabilidade de pesquisarem acerca deles.

Os historiadores concordam em atribuir a Reforma católica a três causas principais:

- o florescimento de vários centros de intensa vida religiosa, em especial Ordens Religiosas com uma nova proposta de vida evangélica;
- o surgimento de muitos cristãos com influência religiosa e social, coerentes, esforçados, empenhados na Reforma teológica e dos costumes na instituição eclesiástica, inclusive enfrentando à hierarquia, mas sem pretender romper com a Igreja;
- as atividades Reformadoras da Sé Apostólica, sobre tudo as emitidas pelo Concílio Tridentino.

As duas primeiras causas da Reforma interna do catolicismo são anteriores a Lutero e independentes, ao menos no seu início, aos movimentos protestantes. A mudança de atitude de Roma, só veio a acontecer depois da ruptura luterana.

«Para honrar à verdade, deve ser afirmado que, assim como ao clero secular e regular, por esquecimento de seus deveres e das exigências inerentes a seu ofício e dignidade, se lhe atribui o desastre que ameaçou à Igreja nos séculos XIV e XV, também a sacerdotes, insignes por Sua Santidade e sua ciência, deve-se quase exclusivamente à Reforma Católica. A Santa Sé, tão sumida em assuntos meramente temporais, por longos lustros, embora não fosse a iniciadora da Reforma e tenha demorado a empreendê-la para valer, desde a elevação ao trono pontifício de Paulo III, trabalhou ativa e incansavelmente em consegui-la. “A partir dele, não demorou, mas a época em que a Igreja tivesse a segurança de ter no leme sucessores de Pedro dignos de tal cargo e de tanta responsabilidade, em quando é possível à fragilidade humana» (OLMEDO, 1985, pg. 438). Traduzido por Gerardo Aceves Conde.

E, já que é impossível narrar pormenorizadamente tudo, indicamos aqui somente os principais focos da Reforma Católica anterior a Lutero, muitas vezes ignorada pela historiografia.

As primeiras tentativas de Reforma dentro da Igreja:

- o **Oratório do Amor Divino** foi uma Confraria Religiosa organizada por Alexandro VI, que prosperou na Itália e na Espanha. Reagiu contra os excessos do paganismo nas cortes, juntando leigos e padres para exercícios de piedade, recepção de sacramentos, práticas de caridade e apostolado. Seus membros são famosos por viverem a fé cristã com fervor e distinguirem, ao mesmo tempo, a fidelidade à Igreja, dos erros eclesiásticos que queriam corrigir nela;
- a **Reforma das Antigas Ordens Religiosas** foi realizada por pessoas consagradas, homens e mulheres, que procuraram voltar ao fervor primitivo com o qual sua família religiosa tinha sido fundada. Dessas Ordens Religiosas emergiram grandes personagens da humanidade, como Frei Mateo de Bascio, Reformador dos Franciscanos (Capuchinos), Frei Luís de León, Reformador dos Agostinianos; Teresa de Ávila e Juan de la Cruz, Reformadores do Carmelo;
- **Novas Ordens Religiosas** apareceram bem no início do século XVI, e se dedicaram ao ensino e às obras de misericórdia, como os Clérigos Regulares de São Paulo, conhecidos como Barnabitas; a Companhia dos Somascos, a Companhia das Ursulinas e, a mais famosa de todas, a Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola e Francisco Xavier, os dois espanhóis de origem vasca.

As causas do protestantismo

Durante as últimas centúrias da Idade Média, a dissolução moral na sociedade cristã e os hierarcas (autoridades superiores) da Igreja tinham chegado ao fundo. Contrário ao que se esperava dos ministros de Cristo, a ignorância, a cobiça, e o desenfreno sexual de muitos clérigos e religiosos era um grande antitestemunho. Praticava-se a simonia, ou seja, a venda de serviços e objetos sagrados. Bispos estavam sendo nomeados por razões políticas, por parentesco com o Papa ou com nobres e senhores feudais (nepotismo) e os padres deixavam de lado a missão para embarcar-se no mundo do comércio da fé: aspiravam cargos e paróquias que deixassem dinheiro, promoviam venda de relíquias, muitas vezes falsas, extorquiam a fé do povo, e dele se aproveitavam.

A população medieval, por outro lado, era prevalentemente agrária, analfabeta e pobre, um 'caldo de cultivo' propício à proliferação dos mitos e das lendas que exaltavam o furor das massas através de narrações apocalípticas, ou seja, sobre o fim do mundo. O medo e a ignorância tinham feito da população medieval, um povo submisso e amedrontado, porém manipulado não somente pelo medo ao inferno, senão, também pelas ideias nacionalistas que terminariam por ser as causas mais próximas da ruptura com Roma.

Já nos últimos anos da Idade Média, as relações entre a Cúria Romana e os diferentes reinos eram críticas. Os Príncipes aspiravam possuir as imensas riquezas que a Igreja tinha adquirido ao longo dos séculos e intentaram estender sua jurisdição sobre as terras que formavam o Estado Vaticano e outras tantas possessões geográficas. Em contraposição, o Papa, que nesta época era mais um rei europeu e que tinha autoridade moral sobre os reis católicos, reage centralizando em Roma as decisões sobre as igrejas nacionais. Em contrapartida, os Príncipes procuram isolar suas terras e inclusive a vida de fé de seus súditos da influência Papal. Assim vão se criando igrejas nacionais em diferentes países, dependentes de Roma em relação ao dogma, porém independentes na organização, ao ponto que os Príncipes passam a nomear bispos, contrariando a sucessão apostólica. Quando a nomeação dos bispos ficou, por fim, nas mãos dos reis, também ficou o patrimônio eclesiástico. Muitas vezes isso foi auspiciado pelos próprios Papas, como no caso das concessões aos Reis Católicos (Fernando e Isabel) dadas por Alexandre VI, ou as que deu o Papa Leão X ao rei Francisco I de França. Alemanha, que na época ainda era feudal, não conseguiu tais concessões, mas seus Príncipes costumavam dizer que, nos seus estados, eles eram os Papas (OLMEDO, 1985, pg. 466). Traduzido por Gerardo Aceves Conde.

Os males que a Igreja carregava desde os séculos anteriores, a ingerência cesáreo-papista e o nacionalismo florescente na Europa, foram o combustível que faria estourar a hegemonia eclesiástica. Faltava a chama que ateasse o fogo. Essa chama foi Lutero.

Martinho Lutero

Lutero, um homem inteligente, um frade piedoso, uma personalidade enigmática, de caráter vulcânico, atormentado pelo temor à Condenação eterna, provocou a revolução que hoje é conhecida como Reforma Protestante.

Você sabe como foi que o conflito estourou?

Quando Leão X assumiu o pontificado, ele suspendeu todas as indulgências concebidas por seu antecessor, para promulgá-las de novo, sob seu nome e autoridade. A ideia era que, entre os requisitos que os fiéis deviam cumprir para beneficiar-se das indulgências, eles ajudassem com suas esmolas à construção da Basílica de São Pedro, em Roma.

No texto abaixo, você pode conhecer em que consiste a doutrina católica das indulgências. Não é nossa intenção catequizar ao respeito nem ridicularizar a fé dos que abraçam a doutrina católica romana, mas comparar o que a doutrina pregava já em tradição antiquíssima (e que ainda permanece), com a prática simoníaca da troca da salvação por alguns pedaços de mármore para a construção da Sé do bispo de Roma.

«A Indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, (remissão) que o fiel bem-disposto obtém, em condições determinadas, pela intervenção da Igreja que, como dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o tesouro das satisfações (isto é, dos méritos) de Cristo e dos santos [...] A indulgência é parcial ou plenária, conforme, liberar parcial ou totalmente da pena devida pelos pecados.» (Paulo VI, Constituição Apostólica *Indulgentiarum doctrina*, 1, AAS 59 (1967), p.21.

Para compreender esta doutrina e esta prática da Igreja, é preciso admitir que o pecado tem uma dupla consequência. O pecado grave priva-nos da comunhão com Deus e, conseqüentemente, nos torna incapazes da vida eterna; esta privação chama-se "pena eterna do pecado". Por outro lado, todo pecado, mesmo venial, acarreta um apego prejudicial às criaturas, que exige purificação, quer aqui na terra, quer depois da morte, no estado chamado "purgatório". Esta purificação liberta da chamada "pena temporal" do pecado. Essas duas penas não devem ser concebidas como uma espécie de vingança infringida por Deus do exterior, mas, antes, como uma consequência da própria natureza do pecado [...] (Concílio de Trento, 1820). Textos citados do Catecismo da Igreja Católica, pgs. 1471 e 1472.

Na época imediatamente anterior à proclamação das teses de Lutero, havia incluso pregadores que ensinavam aos fiéis a efetividade das indulgências, inclusive para os que não estivessem bem dispostos espiritualmente.

Quando o Papa Leão X promulgou a indulgência plenária aos países da Europa (e seus Príncipes) que o ajudaram na empreita da construção do Vaticano, o arcebispo de Maguncia e Príncipe de Magdeburgo, Alberto, ficou interessado. Não foi só por pura fé na salvação de sua alma, mas porque ao parecer como católico fervoroso iria ganhar a confiança do Imperador Carlos, já então monarca da Espanha, Nápoles, Borgonha, Flandes, e outros territórios, inclusive fora da Europa.

Por outro lado, o Papa Leão X tinha interesse em ter o apoio dos moradores das terras e dioceses que o Príncipe-bispo Alberto governava, assim que, em troca da permissão de ficar a frente das dioceses de Branderburgo, Magdeburgo, Halberstadt e Maguncia, o Papa pediu 24 mil escudos. O Príncipe Alberto teve que pedir dinheiro emprestado para pagar tão desonroso negócio e o Papa, "generoso", o mandou publicar a bula das indulgências, autorizando-o a ficar com a metade do dinheiro que arrecadasse para o Vaticano. Esse negócio custou a ruína econômica ao Imperador Carlos, e foi a ruína moral do Vaticano.

O Príncipe Alberto, então, enviou o pregador domínico Tetzl a Jüterborg, perto de Wittenberg, na Saxônia, onde Lutero morava. O povo acudiu em massa ao ouvir o pregador, que, empolgado na explicação da doutrina sobre a indulgência, chegou a dar impressão de que, somente por jogar a moeda no cofre das esmolas, uma alma saía automaticamente do purgatório. Isso exaltou Lutero e o fez tomar a decisão de rebelar-se.

As Teses de Lutero

Era o dia 31 de outubro de 1517. Lutero pregou na porta da capela do castelo de Wittenberg noventa e cinco teses, nas quais ele se comprometia a discutir, acerca da doutrina das indulgências. Pouco tempo depois, e já traduzidas do latim para o alemão, as teses eram lidas em todo o Império.

Para a perspectiva ortodoxa do catolicismo, não há nesses pensamentos um desvio doutrinal, assim ficou esclarecido na *Declaração de Fé Con-*

Saiba mais:

- As 95 Teses do Frade Agostiniano Martinho Lutero, acerca da doutrina das indulgências.

Fonte: http://www.monergismo.com/textos/credos/lutero_teses.htm

Acesso: 07/10/2015

junta sobre a Doutrina da Justificação, entre Luteranos e Católicos, a 31 de outubro de 1999. Mas naquele século, naquele contexto, algumas das teses pareceram, aos olhos dos papistas, capciosas, outras injuriosas e inclusive pareciam caçoar da autoridade Papal. Por isso Ttzel pensou que devia responder à altura e publicou 25 teses refutando o pensamento de Lutero, na Universidade de Francofort do Oder. O conflito estourou e a Alemanha se dividiu.

No entanto, nas ruas, nas praças, nas igrejas, nas sacristias e nos conventos, as discussões em prol e contra Lutero foram crescendo, principalmente, nos centros universitários. Os humanistas perceberam que Lutero podia ser um instrumento útil contra Roma e o aclamaram euforicamente.

O Arcebispo de Maguncia, percebendo que os Príncipes da Alemanha o apoiavam, e que se previa uma separação de Roma, avisou ao Vaticano. Leão X chamou o frade agostiniano a se retratar, porém Lutero, escrevendo muito amavelmente ao Papa, negou-se. Além do mais, estimulado por seus partidários, Lutero diz ao Papa que a Igreja era uma sociedade espiritual, e que somente deixaria de pertencer a ela pelo pecado, e não pela excomunhão. Leão X ainda escreveu a ***Bula Exsurge Domine***, condenando 45 das teses de Lutero como “não católicas” e conclamando seu autor a voltar à comunhão com a Igreja. Porém Lutero queimou a Bula em público, junto com vários livros de Direito Canônico. Assim, em 3 de janeiro de 1521, Lutero foi declarado publicamente excomungado.

Excomunhão: declaração pública, feita pela autoridade eclesiástica, de que alguém saiu da comunhão com a Igreja. Atualmente existem no Código de Direito Canônico os seguintes casos que incorrem na excomunhão: Profanação da Eucaristia, aborto, atentado contra o Papa, ensinamento pertinaz de doutrinas contrárias à fé católica, revelação do segredo de confissão, absolvição do pecado torpe (ou seja, quando um padre absolve seu cúmplice no pecado sexual), apostasia (sair voluntária e oficialmente da Igreja, por meio de algum ritual que oficialize a entrada em outra igreja, o que equivale a negar a fé católica).

A excomunhão do catolicismo implica só na separação da Igreja como corpo jurídico, e não na fé em que Deus possa salvar o excomungado, portanto, a excomunhão implica somente exclusão do fiel da celebração do culto católico e da participação nas atividades e serviços eclesiásticos.

(Cf. Código de Direito Canônico, Cânon 134).

O Imperador Carlos V, quis intervir, viajou da Espanha a Flandes e chamou Lutero a reunir-se com ele em Worms. O monarca quis convencê-lo a se arrepender e pedir perdão ao Papa, e Lutero prometeu pensar com calma. No dia seguinte, Lutero leu um discurso no qual reafirmava suas ideias e terminou com seu famoso “... e que Deus me ajude. Amém” O Imperador mandou queimar seus escritos, mas perdoou-lhe a vida e Lutero pode voltar à Alemanha, onde ficou escondido. Seu protetor foi o Conde Jorge de Wartburgo. Oculto durante dez meses, Lutero traduziu a Bíblia para Alemão (a primeira Bíblia em Língua Vulgata) e no meio de suas alucinações, ele se convenceu de ter a missão divina de Reformar a Igreja.

Pouco tempo depois, o Papa Leão X morreu. Seu sucessor, Adriano, ao chegar a Roma, acometeu a Reforma tão desejada pelos cristãos de bem, destituiu a Cúria Papal, reduziu os gastos, expulsou o clero ocioso e colocou nos cargos ministros de comprovada virtude. O Papa também escreveu ao Imperador Carlos V para que este convencesse aos príncipes a se esforçarem por desarraigar de seus territórios todos os abusos eclesiásticos. A Reforma dentro da Igreja parecia encaminhar-se, porém o Papa morreu repentinamente, e seu programa de reforma murchou. Seu sucessor foi Clemente V, que pertencia à família Médici, uma das principais mecenas do Renascimento italiano.

Assim como Leão X, os Papas Adriano e Clemente não conseguiram aproximar-se de Lutero nem de seus seguidores. Enquanto Lutero estava ainda escondido, seus partidários assumiram o alemão como língua litúrgica e concederam a Comunhão sob as duas espécies aos leigos (coisas escandalosas na época, porém muito normais no catolicismo contemporâneo), porém também cometeram todos os excessos: as freiras e os frades largaram os mosteiros, o povo enaltecido queimou igrejas, profanou altares, destruiu imagens e matou cristãos fiéis ao Papa. Lutero saiu da torre onde estava oculto e tentou colocar freio à desordem. Porém, foi em vão. Lutero não tinha autoridade sobre eles.

O Luteranismo

Pouco tempo depois da rebelião constatou-se que o único vínculo que unia aos que protestavam por todo o território alemão era o ódio à Igreja e a sua cabeça, o Papa. Mas teologicamente, os líderes se multiplicaram de acordo à livre interpretação da Escritura, formando vários grupos irreconciliáveis. Os mais notáveis pregadores luteranos foram, também, líderes de seu próprio grupo de seguidores:

Melanchton, Zwinglio e Múnzer.

Felipe Schwarzerd Melanchton, um professor de grego e de latim, humanista, companheiro de estudos e seguidor de Lutero em Wittemberg, em 1523, começou a separar-se das ideias de seu mestre, pois percebeu nele um caráter débil, desequilibrado, e manipulado. Procurou aproximar-se aos católicos e evitar as revoltas ocasionadas pelos luteranos.

Ulrico Zwinglio, um monge suíço bem preparado. Era famoso por conhecer a Sagrada Escritura e os escritos dos Padres da Igreja aos que interpretava a partir de sua formação humanística. Comungava com Lutero nas ideias contra as indulgências, o livre exame, a livre interpretação da Sagrada Escritura, a Fé Fiducial e a Justificação imputada, mas foi muito mais radical por seu racionalismo, chegando a negar a presença de Cristo na Eucaristia e o valor sacramental do batismo, que reduziu a um símbolo da fraternidade cristã. Por essas razões separou-se de Lutero, que a esta altura tinha se tornado intransigente e autoritário.

Concílio Ecumênico: concílio significa “assembleia”. Ecumênico significa “do mundo habitado”. É uma assembleia oficial dos hierarcas do catolicismo universal, onde, assessorados por teólogos, cientistas e especialistas de várias áreas, tratam de questões da fé, da organização da igreja e dos assuntos civis que afetam à vida eclesiástica. As decisões do Concílio Ecumênico obrigam a todos os católicos.

O Edito de Worms: Foi uma lei assinada pelo Imperador Carlos V e o Núncio papal em 25 de maio de 1521. Nela se declarava a Lutero como prófugo e herege e se instava aos príncipes a devolver à Igreja o patrimônio saqueado durante as revoltas.

Desde esse dia, impôs-se o princípio *Cuius régio, talis et religio*.

Tomás Múnzer e seus seguidores foram ainda mais radicais e extremistas. Fizeram-se chamar de “Os Profetas”. Aceitaram a mensagem luterana do Livre Exame e atribuíram ao Espírito Santo tudo quanto quiseram fazer: fecharam universidades considerando-as inúteis; destruíram altares, estátuas, e pinturas centenárias, profanaram relíquias, declararam diabólico todo sacerdócio, declararam inválido o batismo de crianças e exigiram um novo batismo aos adultos. Daí seu nome, *Anabatistas*.

Os seguidores de Münzer foram os mais violentos; foram incluso belicosos (guerreiros, ou que são afins à guerra como meio de resolver os conflitos). A reforma luterana também foi revolucionária. No verão de 1524 estourou em Constança uma guerra que se estendeu por Alsacia, Palatinado, Hesse, Franconia, Turinga e Sajonia. Os camponeses, estimulados pelos predicadores münzerianos a levantar-se contra Roma, revelaram-se contra os impostos e o trabalho duro no campo. Pegaram as foices e os machados. Rebelaram-se contra o feudalismo. Seu levantamento entusiasmou os artesãos que fizeram o mesmo nas cidades contra a nascente economia capitalista, que os excluía de sua autossustentação.

Além disso, os rebeldes queimaram igrejas e obras de arte, saquearam e destruíram conventos, igrejas e castelos, por igual. Causaram pânico entre os moradores daquelas cidades. Os príncipes tiveram que defender-se e Lutero, em vez de defender à turba, exortou os príncipes: "*Feri, degolai; face a face, pela espada. Se sucumbirdes no combate sereis mártires!*". O dia que foi vencido em Alsacia e Sabia, mais de 30 mil camponeses já tinham sido mortos. Enquanto tudo isso acontecia, Lutero contraia núpcias.

Para segurar a continuidade do movimento de independência de Roma, o Tribuno Religioso que tinha confiscado os bens eclesiásticos, os deu como doação aos príncipes para que fossem utilizados em favor da comunidade cristã, da qual os próprios príncipes deviam cuidar. Assim, o Tribuno conseguiu o apoio do Conde Felipe de Hesse, do eleitor da Saxônia e de outros príncipes, com os quais formaram a *Liga Torgan* para lutar contra os príncipes católicos, que já tinham formado a *Liga de Cognac* (Formada por França, Milão e Roma) para defender-se dos levantamentos populares promovidos pelos oradores luteranos.

Entretanto, Carlos V, querendo pacificar a região, convocou os príncipes em Espira (conhece-se esta reunião como Dieta de Espirra) para revogar as concessões que tinha feito aos católicos, e conseguir garantias para os príncipes estarem seguros nas cidades que tinham sido dominadas pelos luteranos. Porém, também quis impor que o luteranismo não se alastrasse, além, das fronteiras das Alemanhas. Os príncipes de Hesse, Luneburgo, Bayreuth, Anhalt e outras cidades protestaram contra isso, e contra o Edicto de Worms e abandonaram o encontro. Por isso, deu-se o nome de **protestantes** aos que abraçaram as novas religiões. Desde esse dia, impôs-se o princípio *Cuius régio, talis est religio* [Como a do rei, tal é a religião (do

• Cantones: São cada uma das 26 regiões em que se divide administrativamente a Confederação Helvética. São os equivalentes aos nossos Estados.

povo]], no qual se apoiaram os príncipes protestantes para expulsar de seus territórios os católicos.

A divisão da religião implicava diretamente na divisão do chamado Sacro Império Romano Germânico, do qual Carlos V era o líder. Por isso, ele convidou o Papa Clemente VII que convocasse um Concílio Ecumênico para tratar sobre a reconciliação dos Protestantes. Tal assembleia não teve o caráter ecumênico, mas aconteceu em Augsburg, a partir de 20 de Junho de 1530.

Um dos notáveis pregadores luteranos, Melanchton, assistiu representando a Lutero, e levou consigo um pergaminho contendo a primeira Declaração de Fé Protestante (que passou a chamar-se, por causa do encontro, *Confessio Augustana* ou *Confissão de Augsburg*). Tal confissão de fé distanciava-se claramente do catolicismo referente à fé eucarística e ao primado do Papa, e aparentemente, também com relação à doutrina da Justificação, porém Melanchton, querendo aproximar-se do catolicismo, tinha feito uma redação bastante condescendente.

Zuinglio, também se mostrou intransigente em negar a presença sacramental de Cristo na Eucaristia, em negar o valor da missa, suprimir o celibato sacerdotal de seus compatriotas suíços e eliminar os símbolos iconográficos dos lugares de culto. O monge Bucero, que tinha levado a profissão de fé das cidades de Estrasburgo, Constanza, Lindau e Memmingen, não voltou atrás. Dias depois, Lutero soube que Melanchton tinha feito algumas concessões e ficou chateado, provocando novos levantamentos populares. Assim, o Imperador Carlos V teve que resignar-se a urgir a obediência ao edito de Worms, insistindo sobre a necessidade dos príncipes respeitarem a jurisdição dos bispos e a devolverem os bens eclesiásticos usurpados.

Lutero não gostou das ameaças, e em dezembro desse ano (1530), convocou os príncipes alemães a lutarem contra as ordens imperiais. Juntos, formaram a *Liga de Esmalkalda para a defesa do Evangelho* e pediram ajuda militar aos franceses e aos otomanos. Na Suíça, Zwinglio se levantou em armas dirigindo os Cantões Protestantes contra os Cantões Católicos. Em 11 de outubro 1531, em Kapel, Zwinglio foi morto e seu corpo despedaçado e incinerado.

A França tinha ignorado a petição dos príncipes alemães e apoiado os Cantões Católicos, o que contribuiu para a pacificação (ao menos momentânea) da região, depois da derrota, todos os Cantões suíços assinaram um acordo de mútua tolerância em Nuremberg, pelo qual os Cantões podiam eleger a religião que quisessem. Esse tratado é conhecido como *Tratado de Nuremberg*.

Crise, decadência e morte de Lutero

Lutero tinha prometido várias vezes não casar-se. Casou-se no meio das turbulências mais violentas do início da Reforma, e seus partidários se escandalizaram. As crises internas que ele sofreu nos últimos anos de sua vida, foram resultado de sua convicção de que o ser humano é, por natureza, corrupto, que de nada serve qualquer esforço humano pelo bem, nem a penitência, porque quanto mais pecador é o homem, mais lhe aplica Cristo sua Misericórdia. Moralmente sentiu-se derrotado. Se não é possível lutar contra a concupiscência, e se o esforço humano não tem valor, senão que somente a fé salva, por que a abstinência?

Acerca da crise moral de Lutero, escreve Olmedo:

«Lutero escrevia a um amigo: "tenho-me envilecido tanto e ficado tão desprezível por causa de meu casamento, que os anjos rirão de mim e os demônios chorarão". Sua convicção de que a concupiscência era invencível empurrava-o a ceder em tudo. Tornou-se vulgar, sujo, sorrateiro. Comia e bebia com excesso. Com o título de Conversações de Sobremesa conservam-se muitos de seus ditados e piadas dos últimos anos, verdadeiramente repugnantes. Compreende-se o suspiro de Melanchton: "Tomara também se calasse Lutero". Seus últimos anos passou no seu antigo convento de Wittenmberg, já secularizado, presente do Eleitor da Saxônia, acompanhado de sua "imperatriz Kheta" e seus seis filhos. Escrevia, pregava, trabalhava para ganhar um pouco mais de dinheiro no meio dos gritos de sua dominante mulher, das fraudas por secar, das solitudes do dia a dia. Frade austero, enxuto de carnes em 1520, chegou a ser um homem obeso, de cara inchada [...] ». (OLMEDO, 1985, pg. 479). Traduzido por Gerardo Aceves Conde.

O maior escândalo moral de Lutero foi ter autorizado em segredo a bigamia do Landgrave de Hesse, o príncipe Felipe, que, diante da primeira negativa de Lutero a ele se casar com uma Dama de Honra enquanto sua esposa ainda vivia, o tinha ameaçado de passar para o lado do Imperador Carlos V.

As crises dos últimos anos de Lutero também foram dogmáticas. As consequências lógicas de muitos de seus ensinamentos teológicos tinham levado a muitos de seus partidários a atitudes exageradas, inclusive contra o cristianismo e a Sagrada Escritura. Lutero quis remediá-lo, esquecendo algumas de suas teses e doutrinas teológicas, e tentou reconstruir o que tinha destruído. Por exemplo, passou a

exigir também o batismo das crianças, renegou da igualdade entre clérigos e leigos, e passou a exigir dos predicadores que tivessem uma especial preparação e a autorização da Congregação.

Em 1535, introduz um ritual parecido à ordenação católica dos padres, que conferia a Universidade de Wittemberg, e até recorreu à redação de uma espécie de Código de Direito Canônico que conferia aos “Consistórios Civis” (embora dependentes do governo civil) as mesmas atribuições que os Tribunais Eclesiásticos tinham para julgar os assuntos eclesiásticos.

Os últimos dias de Lutero foram, também, de uma dolorosa crise moral, intelectual e física. Em 1453, ele escreveu “Vinde, Senhor Jesus, Vinde! Os males excederam já toda medida. É necessário que tudo arrebente já. Amém!”. Pouco tempo depois pedia para sair de Wittemberg “Esta Sodoma!” Padecia de terríveis dores por seu “mal de pedra”. E em Eisleben, rodeado por alguns de seus discípulos que lhe perguntavam se persistia em sua doutrina, exalou seu último suspiro, dizendo “SIM!” Era 17 de fevereiro de 1546.

Reflexões finais sobre Lutero

O movimento de revolta que acompanhou à sublevação de Lutero não foi somente belicosa, senão, principalmente ideológica. Por isso, permaneceu no tempo.

Diante das primeiras revoltas, Lutero se disfarçou de cavaleiro, se fez chamar de Junker Jörg e se escondeu no castelo de Wartburgo. Por enquanto, a oposição à Igreja crescia. Karlstadr, companheiro de Lutero no mosteiro agostiniano, deixou a Ordem. Atrás dele vieram outros treze frades, e no final, mais da metade dos conventos alemães tinham ficado vazios. As ideias de Lutero foram disseminadas por toda Alemanha, através de livrinhos e panfletos que continham as Teses. O autor se fez famoso, e seus escritos converteram-se em autênticos *best-sellers* em toda a Europa. Esse êxito somente foi possível graças à imprensa de Gutemberg, que possibilitou que o protestantismo se convertesse “na religião do livro”.

Por essa razão, um dos legados que Lutero deixou na história é ter traduzido a Bíblia para o alemão. O Novo Testamento foi publicado em 1521. Lutero utilizou para fazer essa tradução, a versão bilíngue em grego e latim de Erasmo de Rotterdam. Em 1534 traduziu, também, o Antigo Testamento.

Lutero foi um bom escritor. Conhecendo a forma culta de sua língua e as gírias populares dos povos, ele soube enriquecer sua literatura com uma grande quantidade de metáforas, figuras retóricas, ditados e citações acessíveis a uma grande quantidade de pessoas. Sem o autor saber o que iria acontecer, os escritos de Lutero chegaram aos cantos mais distantes da Alemanha e sua linguagem infiltrou-se nos dialetos regionais, ajudando a unificar a língua e a criar a consciência nacional dos alemães.

Lutero fez da Bíblia o único critério para determinar a validade de qualquer dogma. Por isso, negou o purgatório, o culto aos santos, e os sacramentos não expressamente deixados por Jesus Cristo, como a Confissão e a Extrema Unção. O centro da Liturgia deixou de ser ritual eucarístico e passou a ser o sermão, o que fez ser do luteranismo a religião da palavra e da escritura. Porém, contra o que Lutero lutou mais energicamente foi contra a autoridade papal e o centralismo romano. Por isso, o sacerdote deixou de ser mediador entre Deus e o homem, o que fez do celibato, um absurdo. Deixou de afirmar a universalidade da Igreja e reafirmou a importância das igrejas nacionalistas, o que fez dos luteranos, fiéis devotos do Estado.

Neste sentido, aconteceu com Lutero o que acontece com todo revolucionário: que outras personagens mais radicais apelaram à sua doutrina para justificar suas próprias demandas. Isso, desculpa Lutero, das revoltas dos camponeses, dos excessos belicosos dos anabaptistas, ou do extremismo moral dos calvinistas.

Os anabaptistas foram uma facção dos protestantes luteranos e de outros grupos, que radicalizaram sua posição com relação ao batismo das crianças, negando toda e qualquer validade a esse sacramento. Foram muito radicais, e até pegaram em armas contra os fiéis ao costume de Roma, que continuavam a batizar suas crianças.

O Calvinismo

Os livros de Lutero chegaram à França em 1526. Suas ideias se espalharam rapidamente e formaram adeptos. Os templos foram atacados, as imagens queimadas, os altares profanados. Em Paris se propagaram os insultos contra a Missa e os outros rituais católicos. O Rei Francisco I reagiu com violência e fez prender e executar os cabecilhas, que foram queimados em praça pública.

Além disso, observando tudo, e analisando a situação, encontrava-se no meio

dessa história, o jovem João Cauvin. Ele tinha nascido em Noyon, perto de Paris, em 1509. Estudioso do humanismo, estudante e cristão esforçado, estava preparando-se para o sacerdócio, porém seu pai teve algumas diferenças pessoais com o Cabil-do, e este o excomungou. O pai de João morreu excomungado, e João se revoltou contra a hierarquia. Em 1534, já influenciado por essa dolorosa experiência e pelas ideias de Lutero, defendeu publicamente a oposição entre o Evangelho e muitas das práticas da Igreja, e teve que fugir para Estrasburgo e, depois, a Basileia.

Em Basileia, no ano de 1536, João Cauvin, agora Calvino, escreveu a primeira edição do tratado *Institutio Christianae Religionis (A Instituição da Religião Cristã)*, onde propôs suas ideias teológicas fundamentais. Admitia, com Lutero, a corrupção essencial da natureza humana depois do pecado de Adão, a aniquilação do livre arbítrio (ou seja, da liberdade de escolher o bem), e, portanto, a aniquilação das boas obras para a salvação; confessava a salvação pela somente **Fé Fiducial** e a possibilidade da interpretação individual da Sagrada Escritura. Porém, a diferença que Lutero ensinava, que a graça, como ajuda divina para o homem fazer o bem, não existia, que a salvação era uma realidade já certa e que a Glória da salvação ou a Condenação de cada indivíduo já estavam predestinadas.

Fé Fiducial: não é a atitude intelectual de aceitar o que é proposto institucionalmente como dogma, mas sim a convicção pessoal, interior “de coração!”, e a confiança de que o ser humano é salvo, não por suas obras, mas pelos méritos de Cristo e a recepção do Espírito Santo, que conclama o homem à realização do bem.

A esta doutrina da predestinação que se conhece como *Fatalismo Religioso*, consiste em acreditar que Deus, por um desígnio imutável e eterno, somente porque Ele assim quer, sem ter em conta de forma alguma as ações humanas, determina quem haverá de se salvar e quem haverá de se condenar. Portanto, todo esforço humano é inútil, os rituais, as estruturas, os ministros, as imagens e a hierarquia, eram também inúteis. Somente o batismo e a presença virtual de Jesus Cristo na Ceia do Senhor, deviam ser preservados pelos oradores, pessoas designadas pela autoridade para administrar esses dois sacramentos. A clareza, a precisão e a firmeza com que foi escrita a *Institutio* fez que uma multidão de desconformes com o catolicismo na França, abraçasse a doutrina de Calvino.

Retornando à história contada (sobre o *Iterim de Nuremberg*), lembremos que Kappel venceu a Zwinglio em 1531, dando a vitória aos Cantões Católicos. Depois de vários anos de desordem, um pregador protestante, Guilherme Farel, pediu ajuda a Calvino para ordenar a situação no Canto de Genebra. Farel tinha expulsado os católicos, porém os cidadãos tinham-se dividido entre libertinos e inovadores convencidos. Farel tinha tratado de reunir a todos fazendo-os jurar a renúncia à missa e aos outros “abusos papistas”, porém, para Calvino, isso não era suficiente.

Com isso, ele redigiu um catecismo e uma profissão de fé, e pretendia que todos se comprometessem ao baixo juramento e a segui-los. Pediu aos príncipes que concedessem aos pastores a autoridade para discernir quem era e quem não era digno, e que pudessem desterrar aos que considerassem indignos. As autoridades titubearam. O povo dividiu-se e exaltou-se. A desordem começou e tanto Calvino quanto Farel tiveram que fugir da cidade. Porém, a anarquia foi tão grande, que as autoridades de Genebra mandaram buscar Calvino, e ele retornou aclamado como herói. De volta à cidade, instituiu quatro ofícios eclesiásticos: Pastores, Doutores, Anciãos e Diáconos.

Os Pastores e os Doutores formam a “Venerável Companhia”, que aprova o ofício dos candidatos aos outros serviços. Ela dirige a vida religiosa, é responsável pela Palavra Divina e sua interpretação é a única autorizada. Assim, ficou instituída uma autoridade espiritual, diferente à do Estado. Os pregadores e Anciãos formam o Consistório, comissão de controle e tribunal análogo à Inquisição Medieval, que vigia a vida religiosa da cidade, faz visitas domiciliares, designa espiões, faz denúncias, avisa, excomunga e, em casos graves, entrega à autoridade secular para que aplique a pena de morte.

Nos cinco primeiros anos de calvinismo em Genebra, foram executadas 58 pessoas e desterradas outras 76. O Consistório lutava não somente contra os católicos, mas também contra o protestantismo que ia crescendo nos Cantões, contra a livre interpretação da Escritura, o profetismo individual, e todo pensamento que eles consideravam “heresia”.

O catolicismo foi desaparecendo naquela região. O protestantismo luterano, também. O rigorismo moral do calvinismo foi radical e sanguinário. A vida pública e a privada foram totalmente controladas. Ninguém podia cruzar a fronteira, foi proibido o luxo dos vestidos, a dança, o baralho, o teatro, as cerimônias civis, as estátuas, a arte. A única música permitida era a dos salmos cantados depois da leitura da Escritura. O princípio de só a Bíblia se radicalizou ao extremo de fazer da Genebra

uma cidade-igreja.

Calvino foi um pregador muito bem preparado intelectualmente, conhecia a Sagrada Escritura e a Patrística, tinha uma dialética taxativa e foi intransigente moralmente consigo mesmo, porém foi sumamente soberbo e desumano na hora de impor suas rígidas convicções a seus seguidores. Sua doutrina, no entanto, lançou raízes não somente em Genebra, mas também na França, Países Baixos, Escócia e Inglaterra. Desde estas nações, refugiados nos barcos que partiam para América do Norte (Estados Unidos e Canadá), os calvinistas converteram-se em colonos em países do capitalismo moderno, pelas seguintes razões.

Segundo Calvino, um dos mandamentos do Senhor tinha sido que o homem não devia desperdiçar inutilmente o tempo que Deus lhe tinha dado, e se o fizer, isso seria sinal de que estaria condenado. Se, pelo contrário, aproveitasse devidamente o tempo no trabalho, isso significaria que estava entre os eleitos. Se um eleito vê aumentar o seu dinheiro como resultado de seu trabalho, isso indicaria a evidência de sua fortuna futura: a predestinação à Glória. Consequência dessa doutrina foi a harmonia do calvinismo com os interesses comerciais de Genebra, com o capitalismo em geral e com a procura do êxito na mentalidade do povo norte-americano. Assim, analisa, Max Weber em seu livro **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**.

Por outro lado, se o luteranismo tinha possibilitado o matrimônio entre a religião e o estado (*cuius régio est religio*), o Calvinismo fez possível a comunhão entre a religião e o dinheiro. Por isso, a reforma protestante ajudou no nascimento da economia moderna (SCHWANITZ, 2004, pg. 195).

Calvino morreu em 27 de maio de 1564. Sua rigidez moral daria origem ao Puritanismo Inglês.

O Anglicanismo

No começo do século XVI, a Inglaterra era um país católico. Havia, como em todo lugar, abusos e o aumento da insatisfação. O mal-estar causado pelo dinheiro enviado à Roma e o dinheiro que o clero local arrecadava por sua conta, fez os ânimos da burguesia se exacerbarem contra o clero. Na Ilha inglesa, ainda havia alguns Lolardos, seguidores de John Wiclif. Porém os ingleses não tinham simpatizado com a doutrina luterana. De fato, o Rei Henrique VIII tinha escrito o livro *Assertio Septem Sacramentorum* (*Acerca dos Sete Sacramentos*) contra Lutero, o que tinha feito que

o Papa lhe concedesse o título *Defensor Fidei* (*Defensor da Fé*). Mas, Henrique VIII, queria separar-se de sua esposa, e queria que o Papa declarasse nulo esse matrimônio para ele poder casar-se novamente e ter filhos varões. Esse foi o princípio do Cisma inglês.

Henrique VIII estava casado com Catarina de Aragão, filha dos Reis Isabel e Fernando e tia, portanto, de Carlos V. Catarina tinha sido casada ainda menina com o herdeiro do trono inglês, também menino, Arturo, que não conseguiu consumar o matrimônio e morreu adolescente. Então o Rei Fernando casou Catarina com Henrique, o segundo na sucessão ao trono. Porém, Catarina somente tinha dado à luz uma menina, a princesa Maria, e os homens morriam no parto. O Cardeal Wolsey estava interessado em que o rei tivesse filhos varões, e que sobrevivessem, pois eram necessários para preservar a dinastia real. Por isso, Wolsey pensou que podia tramitar a declaração de nulidade do matrimônio de seu monarca.

Por outro lado, o rei apaixonou-se por uma Dama de Honra da rainha, que além, do mais pertencia a uma família nobre inglesa, e tentou seduzi-la. Porém, ela negou-lhe a relação. O rei procurou a dissolução do matrimônio com Catarina. O **núncio papal** Campeggio, enviado do Papa para avaliar o caso, apoiou à rainha, que reclamava pela validade de seu matrimônio. O Imperador Carlos V ameaçou com sanções políticas, se desquitassem a sua tia, e o Papa, por fim, proibiu a Henrique contrair novas núpcias, pois seu matrimônio tinha sido declarado válido. Era janeiro de 1531. O Cardeal Wolsey tinha morrido e, no seu lugar, foram nomeados os clérigos Tomás Moro e Tomás Cranmer, um adulator que aconselhou o Monarca a romper com Roma, como o tinham feito os príncipes da Alemanha.

Em fevereiro de 1531 o Rei Henrique conseguiu que o clero da Inglaterra o proclamasse "Suprema Cabeça da Igreja da Inglaterra". Porém, conforme foi insinuado pelo Arcebispo de Canterbury Warham, "enquanto o permitisse a Lei de Cristo". Tomás Moro renunciou ao cargo. Tomás Cranmer, servidor de Ana Bolena, luterano disfarçado, ficou no lugar de Warham e o rei o declarou único juiz competente para julgar seu caso. Obviamente, Cranmer declarou nulo o matrimônio com Catarina. Para então, Ana já tinha se deixado seduzir por Henrique, e deu à luz outra menina, a futura rainha Isabel.

Em 1538 o Papa Paulo III excomungou a Henrique VIII. Em resposta, o Rei obrigou a votar ao parlamento a *Ata de supremacia* na qual Henrique VIII foi reconhecido como supremo depositário de todo poder temporal e espiritual no reino. Não aceitar essa supremacia ou a legitimidade do matrimônio com Ana Bolena seria

crime de lesa majestade, punido com a decapitação.

As tendências nacionalistas da Europa dessa época favoreceram que a grande maioria dos ministros se sujeitassem ao poder real. Porém alguns bispos como João Fisher (Bispo de Rochester), e o ex-chanceler Tomás Moro, alguns sacerdotes, 18 monges da Cartuxa e alguns ministros e fiéis, negaram-se a aceitar a *Ata de Supremacia* e foram decapitados por permanecerem fiéis a Roma. Esse momento marcou uma época de terror na Inglaterra. Calcula-se que, desde a ruptura oficial com o Vaticano, Henrique VIII tenha matado mais de 150 mil vítimas, enforcadas, degoladas ou lapidadas pelo fato de manifestarem qualquer afeição pelo catolicismo ou qualquer descontento com a vida do rei, que tinha fama "de herege, doido, cismático e infiel". Hoje é comum pensar que os excessos do monarca deviam-se a uma possível demência ocasionada pelo estado avançado da sífilis. De fato, sua vida sexual foi um escândalo contínuo.

Em 1536 mandou decapitar sua esposa Ana Bolena por ser infiel e casou-se com Joana Seymour, que lhe deu, por fim, um filho varão, Eduardo, pouco antes dela morrer de causas naturais. Henrique casou-se logo com Ana de Cleves, e a repudiou pouco depois para casar-se com Catarina Howard, a quem também mandou decapitar em 1542. Casou-se, por último com Catarina Parr. Ela não morreu decapitada porque o próprio rei morreu em 1547.

Henrique VIII não tinha aceitado credos de fé alheios ao Romano. Tinha proibido o Calvinismo e o Luteranismo. Mas com sua morte, o jovem príncipe Eduardo assumiu a coroa e nos oito anos que governou (morreu em 1555) deixou-se influenciar por um ex-frade Capuchino, de nome Ochino, que introduziu o Calvinismo na Inglaterra com o livro *Book of Common Prayer* (**Livro de Orações Comuns**) e uma profissão de fé Calvinista que constava de 42 artigos. Com ela, começaram os protestos populares e desatou-se uma nova perseguição contra os católicos, que não durou muito, pois o Rei Eduardo morreu.

Assumiu a coroa a Princesa Maria Tudor, filha legítima de Henrique VIII, que por ser de criação católica tentou restaurar o catolicismo na Inglaterra, e começou por buscar os perseguidores e executá-los. Essa atitude fez ganhar o título de "Maria, a sanguinária". Essa atitude vingativa e o fato de ter sido casada com o Rei Felipe II da Espanha e não ter tido filhos, fizeram-na muito impopular. Morreu 1558, depois de cinco anos de mandato.

Maria Tudor foi sucedida pela famosa Rainha Isabel, que governaria de 1558 a 1563, e que era sua meia-irmã. Isabel era a filha de Ana Bolena. Ela voltou ao regime

anterior e deu entrada aos pregadores luteranos e calvinistas. Aprisionou bispos católicos, os substituiu pelos bispos que ela nomeava, exigiu um novo juramento de fidelidade à autoridade real sobre os assuntos eclesiásticos e impôs a liturgia em inglês. Castigou com prisão perpétua os sacerdotes que rezassem a missa católica e com multas altíssimas os fiéis que não celebrassem o culto anglicano. Ser católico era sinônimo de ser espanholista. A Inglaterra tinha se tornado um inimigo persistente da Espanha e sua *armada invencível*. Esse ódio aos espanhóis e aos romanos duraria por mais de dois séculos. Essa armada foi vencida em Trafalgar, a 21 de outubro de 1805.

A Contrarreforma

Já falamos dos movimentos reformistas que muitos cristãos promoveram dentro da Igreja e na fidelidade a ela. Eles, no entanto, tinham sido insuficientes para extirpar os abusos da hierarquia e promover a fidelidade ao Evangelho entre os católicos, de forma geral. O movimento de regeneração espiritual, a clareza na distinção entre as ideias cristãs e as decisões políticas, a extirpação da imoralidade do clero e das práticas simoniacas se fizeram mais urgentes do que nunca pela pressão das revoluções protestantes e da perda massiva de fiéis. A Igreja organizou sua renovação em duas frentes: O Concílio de Trento e as Restaurações Espiritual e Intelectual.

O Concílio de Trento

A ideia originária de convocar um novo Concílio para tratar da renovação da Igreja e dos protestantes foi do Papa Adriano, um homem benévolo que tinha a ilusão de ver à Igreja reformada. Porém, morreu cedo. Seu sucessor, o Papa Clemente VII, da família dos Médici, e que governou de 1523 a 1534 foi um homem dúbio e sem caráter para enfrentar os desafios de organizar um Concílio Ecumênico (Universal) e a oposição dos reis da França e da Inglaterra. Esteve mais interessado no Renascimento do que nos problemas da Igreja. Ele morreu sem convocar o Concílio.

Paulo III (Alejandro Farnese) assumiu a Cátedra de Roma ao morrer Clemente VIII, e governaria até sua morte, em 1549. O conclave em que foi eleito foi um dos mais breves de toda a história do papado, e foi eleito por unanimidade. Isso mostra o apoio dos Cardeais a seu pontificado. Nos 15 anos que durou seu mandato empreendeu com vigor a necessária luta pela reforma dos costumes na Igreja. Apenas assumiu, mandou delegados a Alemanha para preparar o Concílio e reformou

a Cúria Romana, colocando nos mais altos cargos de responsabilidade homens de comprovada ciência e virtude, conforme relata Olmedo:

“Ghinucci, o canonista Simonetta, Fisher (que morreria martirizado em Inglaterra por ser fiel a Roma), Bembo, um leigo veneciano, filho de ingleses, grande humanista convertido ao cristianismo; também o sábio Marcelo Cervini, Fuidiccione, Morone, preclaro (ilustre) diplomático, e outros muitos personagens preclaros” (OLMEDO, 1985 p. 490). Traduzido por Gerardo Aceves Conde.

A convocação para a realização do Concílio em Trento não foi fácil. De fato, antes de sua concretização em 1542, tinha havido duas convocações frustradas para se reunirem em Mantua (1536) e Vicenza (1537), mas estas convocações tinham fracassado pela guerra que travavam Carlos V na França, que terminou com a paz de Crespy, em 1544.

Por fim, o Concilio pode começar em Trento, porém teve que ser interrompido em duas ocasiões (primeiro para impedir a excessiva interferência de Carlos V em 1547 e depois para os bispos e o imperador salvarem a vida diante dos príncipes alemães que sitiaram a cidade, em 1552), e por isso, foi dividido em três períodos. Os delegados papais variaram em cada período, assim como a maioria dos prelados (dignitário eclesiástico) e teólogos assistentes.

Trento, Período I: nos tempos do Papa Paulo III, (13/12/1545 a 2/6/1547).

Trento I celebrou dez Sessões Solenes. Estabeleceu o método de trabalho que seria utilizado desde 1546. Reuniram-se, primeiro, os teólogos e os canonistas a discutirem os temas doutrinários até chegar a um projeto de Decreto. Os bispos assistiam como ouvintes, para se informarem. A Congregação Geral era a reunião onde os Cardeais, os Bispos e os Superiores das Ordens Religiosas discutiam e reformavam o Decreto, até ser aceito pela maioria. Na Sessão Solene se definia e promulgava o Decreto preparado. Nesta primeira parte do Concílio, o Imperador e o Papa discutiram sobre o que deveria ser tratado: se era o aspecto dogmático ou a reforma nos costumes da Igreja. O Concílio votou, e decidiu enfrentar os dois assuntos simultaneamente, desagradando ao Imperador e ao Papa. O Papa reservou para si a reforma da Cúria Romana.

Vale ressaltar que referente aos assuntos dogmáticos, o Concílio se limitou a definir o que era o dogma católico, evitando discutir acerca de questões debatidas entre as escolas teológicas da época (tomistas, escotistas, agostinianos e nominalistas).

Primeiras definições: a fé e a moral cristãs estão contidas na Sagrada Escritura e na Tradição apostólica. O Cânon Bíblico aceito pelos católicos deve conter os livros deutero-canônicos. Oficializou a versão da tradução Vulgata da Bíblia. Definiram quais eram os sacramentos, reduzindo-os a sete. Os Padres conciliares definiram os dogmas negados pelos protestantes: os temas do Pecado Original, a Justificação pela fé, o livre arbítrio, o papel da graça e da cooperação livre do homem, presentes na 6ª definição e foram os mais importantes. Com relação à reforma dos costumes, os prelados emitiram normas acerca do uso da Sagrada Escritura, a pregação, a obrigação de suprimir os padres giróvagos (padres sem bispo), obrigando a todos a submeter-se a uma Diocese, proibiram o acúmulo de benefícios eclesiásticos e obrigaram a todos os bispos a visitar todas as paróquias de sua diocese, para impor a reforma.

Esta primeira sessão conciliar foi suspensa por Paulo III porque o Imperador Carlos V queria interferir constantemente e os legados decidiram transladar-se a Bolonha para ter maior independência. O Imperador montou em cólera e impediu os conciliares (seus súditos no império) saírem de Trento. Os conciliares negaram-se a emitir Decretos enquanto não fossem liberados, porém continuaram as discussões teológicas e jurídicas. Como o Papa não conseguiu êxito em suas negociações com o Imperador, para ele respeitar a autonomia eclesiástica nas questões concernentes à sua reforma, ele decretou a suspensão do Concílio, e todos voltaram para casa.

Trento, Período II: nos tempos do Papa Julio III, (1/5/1551 a 28/4/1552).

Celebrou seis Sessões Solenes. Embora não tenha sido um Papa exemplar, nem zeloso pela Reforma, deu continuidade ao Concílio, apesar de não ter tido todos os conciliares que eram esperados. As definições mais importantes deste período foram a 13ª, que afirma rotundamente a presença real do Corpo e Sangue de Cristo na Eucaristia, pela transubstanciação (Mudança de substância do pão e do vinho na do corpo e do sangue de Jesus Cristo, na Eucaristia); e a 14ª, sobre o caráter sacramental da Penitência e a Extrema Unção. Acerca da reforma dos costumes, neste período foram decretadas leis sobre o exercício do poder episcopal e sobre os deveres do clero.

Nesta sessão fizeram-se presentes alguns príncipes protestantes, como os de Brandeburgo, Wurtemberg e Saxônia, apresentando exigências que ignoraram os decretos já emanados, e querendo colocar a autoridade do Concílio sobre a do Papa. Os conciliares omitiram-se de fazer novas definições enquanto os diálogos com os protestantes aconteciam. Mas durante as conversações, Maurício de Saxônia e outros príncipes cercaram Trento com suas tropas. Carlos V apenas teve tempo de

fugir, e o Papa decretou o Concílio suspenso, pela segunda vez.

Trento, Período III: nos tempos do Papa Pio IV, (18/1/1562 a 4/12/1563).

Celebrou nove Sessões Solenes, mas demorou para iniciar, pois no espaço de dez anos sucederam-se três papas diferentes. Marcelo Cervini, que tinha sido presidente das sessões teológicas na primeira etapa do Concílio foi eleito Papa e mudou o nome para Marcelo II. Morreu pouco depois, sem ter a oportunidade de continuar o Concílio. Seu sucessor, Paulo IV (Gean Pietro Caraffa), foi uma decepção. Homem culto, e asceta (pessoa que leva uma vida regrada por buscar a perfeição espiritual) era, no entanto, um homem temperamental e vulcânico, que se irritava facilmente diante dos obstáculos e declarou guerra ao Rei Felipe II, fato que o submergiu na amargura e na desonra, apesar de ter desejado continuar com a reforma.

O terceiro período do Concílio foi convocado por seu sucessor, Pio IV. Foi o mais concorrido, tendo chegado a 237 representantes de Dioceses, Ordens Religiosas, e principados. Também foi o mais discutido, pois os representantes dos príncipes da Europa vinham carregados com pedidos motivados por seus preconceitos nacionalistas. O ambiente estava carregado, desagradável e há relatos de que o ambiente estava "envenenado por um clima de desconfiança mútua pelos variados e opostos pareceres sobre a residência dos bispos e sobre a reforma".

As discussões sobre a residência dos bispos giraram em torno de duas opiniões. Os bispos espanhóis queriam que a obrigação dos Prelados morassem nas suas dioceses, fora declarada *de iure divino* (de direito divino), enquanto que os italianos queriam que a única obrigação considerada de direito divino fosse a independência do bispo com relação às outras dioceses e a superioridade da união deles (o Concílio) por sobre a autoridade do Papa. Pio IV assumiu uma atitude prudente, considerando que os argumentos para as duas opiniões estavam equilibrados, e proibiu que se desse alguma definição a respeito.

No entanto, o Concílio definiu os Decretos sobre a Comunhão Sacramental, na qual se ensina que Cristo está todo indiviso em qualquer partícula de qualquer das duas espécies. Foi definido, sem polêmica alguma entre os Padres conciliares, o caráter sacrificial da Missa e concederam ao Papa a autoridade para indicar quais leigos se lhes permitiria ter acesso ao Cálice no território do Império. Acerca da reforma nos costumes, organizou-se o ritual

Saiba mais:

• Quando nasceram os seminários.

(Vincenzo Bertolone
- Osservatore
Romano\
JE) Disponível
em: [http://www.
radiovaticana.va/
proxy/portuguese/
noticiario
/2013_07_14.html](http://www.radiovaticana.va/proxy/portuguese/noticiario/2013_07_14.html)
Acesso: 07/10/2015

da ordenação sacerdotal, a eleição, a nomeação dos bispos, e a forma em que os benefícios, testamentos e bens da Igreja deviam ser gerenciados pela autoridade eclesiástica.

Dentre esses decretos reformadores, sobressaiu *Cum adolescentium aetas*, que institucionalizou e regularizou a formação dos seminaristas, com o intuito de preparar sacerdotes exemplares, tão escassos nessa época. Esse documento fechou, sem perceberse uma época (a crise dentro da Igreja Católica) e abriu outra, pois, como observou Hubert Jedin, “a crise do cisma foi a crise da formação sacerdotal”.

Os resultados do Concílio de Trento, para o Catolicismo, foram duradouros e universais. Os resultados mais evidentes foram:

- marcou com clareza a fronteira entre o Dogma Católico e as novidades teológicas, acabando com as ambiguidades, as concessões, os equívocos e as opiniões pessoais, das quais se desprendiam costumes, ritos e ensinamentos que em nada se aproximavam do que a Igreja acreditava oficialmente. Isso possibilitou que os fiéis tivessem clareza sobre o que deviam acreditar como católicos e o que deviam considerar heresia. Sobre as heresias, o Concílio declara **anátema** (excomunhão, execração, maldição, reprovação enérgica);
- melhorou os costumes clericais, reavivou o zelo e a consciência pastorais e devolveu ao catolicismo a dignidade perdida, fazendo que o clero compreendesse sua missão, lamentasse seus desvios e se concentrasse na sua missão espiritual. Para fazer isso, institucionalizou os seminários e regulamentou a idade em que os homens podiam receber as ordens, para os quais determinou a forma em que estes deviam ser examinados pela autoridade episcopal.

Os católicos reafirmaram sua submissão ao papado, incluindo os padres conciliares, reconhecendo sua autoridade e deixando-se dirigir pelos legados pontifícios. O Concílio reconheceu também a autoridade papal ao deixar que ele reformasse a **Cúria**, promovesse a reedição da Bíblia Vulgata, do *Corpus Iuris* (predecessor do Código de Direito Canônico), do Missal e o *Breviário* (livro da Oração Oficial da Igreja, que organiza os Salmos e os Cânticos da Bíblia para serem declamados ao longo do ano, em momentos específicos do dia). O reconhecimento da autoridade papal manteve a unidade entre os fiéis católicos e possibilitou a Restauração Católica.

A Restauração pode acontecer, porque depois do Concílio sucederam-se uma série de papas que o fizeram valer:



Cúria: É o corpo administrativo que ajuda o papa a exercer sua autoridade como líder supremo do catolicismo a nível mundial.

Leia mais:

O caso Galileu

OLMEDO, Daniel.

Historia de la Iglesia

Católica, Editorial

Porrúa, México, 1985,

804 p. Castelhana.

Pio IV (1564-1566) criou a congregação cardinalícia chamada “do Concílio” e urgiu a reforma da Cúria, que deixou nas mãos de seu sobrinho Carlos Borromeu, um homem austero, piedoso e sábio, que agiu com energia para fazer voltar os prelados às suas dioceses, às cúrias, às suas paróquias e aos monges a seus mosteiros. Movido pelas sentenças de Lutero, acerca de Roma (da qual ele diz que era “a Babilônia do Tíber” e “a prostituta das sete colinas”), Borromeu empreendeu a limpeza da cidade: expulsou os curas ociosos, extirpou os lugares de divertimento escandaloso, e terminou com o comércio das coisas sacras (a simonia). Agiu com tal zelo e energia que o embaixador de Veneza disse que ele era mais eficaz que todos os editos de Roma.

Pio V (1566-1572), seu programa de governo foi cumprir as determinações do Concílio de Trento, principalmente no que diz respeito aos costumes dos eclesiásticos: obrigou os clérigos a se privarem de espetáculos, jogos e banquetes públicos, atacou a simonia das encomendas (pagar para receber cargos eclesiásticos), empenhou-se em aceitar para o episcopado somente candidatos de provada virtude e sabedoria, prescreveu a estrita observância dos decretos de Trento, obrigando aos bispos e aos padres residirem na sua diocese e paróquia, dedicando-se ao ministério pastoral.

Em seu programa de governo determinou que os clérigos que praticassem delito fossem despossuídos de suas paróquias e dioceses quando seus crimes fossem comprovados. O Papa quis que todos os padres fossem capazes de dar boa instrução religiosa aos fiéis, por isso, mandou os Dominicanos editarem um Catecismo que explicasse os dogmas católicos ao povo. Foi o *Catecismo do Concílio de Trento*.

Gregório XIII (1572-1585) desejoso de continuar com a reforma de Trento, mandou fazer listas de candidatos ao episcopado e instituiu a Congregação dos Bispos, para vigiar que nenhum candidato fosse indigno de tal responsabilidade. Criou os Seminários Diocesanos para a formação do clero, e confiou 23 deles à Companhia de Jesus. Fundou o Colégio Romano (hoje Universidade Gregoriana), o Colégio Germânico, o Colégio Inglês, e os seminários para húngaros, armênios, maronitas e gregos, que confiou também aos Jesuítas, com o intuito de formar jovens candidatos ao sacerdócio com sólidas bases de formação espiritual e intelectual.

Houve outros grandes reformadores na pastoral e os costumes eclesiásticos, como Felipe Neri, na área acadêmica e intelectual, como Melchor Cano, Domingo Soto, Belarmino e outros na Teologia e Francisco de Vitória e Francisco Suárez no Direito e na Moral.

Depois da reforma tridentina continuou a haver problemas e a existirem



O RENASCIMENTO CULTURAL E O BARROCO

Conhecimentos

Conhecer os conceitos de humanismo, renascimento, iluminismo e revolução científica, relacionando-os com a produção cultural e as transformações sociais da Europa dos séculos XV-XVI.

Habilidades

Identificar as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais surgidas no Renascimento, e sua influência no âmbito de nosso período histórico.

Atitudes

Desenvolver reconhecimento e apreço pelos valores e pelos ideais dos humanistas como meio para criar uma afeição por sua produção cultural e artística.

Renascimento Italiano

Em 1550, o biógrafo Giorgio Vasari, ao narrar a vida dos artistas italianos, utilizou a expressão *Renascimento* para falar da época em que ele mesmo lhe tinha tocado em sorte viver. Com ela fazia alusão ao redescobrimento da cultura da antiguidade grega, manifestada principalmente na arquitetura, na escultura, e na pintura e que deu origem às grandiosas cidades italianas que ainda hoje despertam a admiração de seus visitantes e o orgulho de seus moradores.

O Renascimento se caracterizou por celebrar o triunfo do humanismo e considerar o ser humano como um ser maduro, que podia libertar seu pensamento e produzir conhecimento, compreender o mundo e dominá-lo. Isso, proporcionou às diferentes artes o motivo central de inspiração: o ser humano, sua beleza, sua inteligência e sua fortaleza.

As características da arte medieval são: 1º É uma arte cujo objetivo é ilustrar a religião e, por tanto, está a serviço da Igreja. 2º Seus artistas sentem-se artesãos, e se organizam em grêmios. Portanto, o 3º fica no anonimato, não são originais e seguem modelos pré-fixados. O Renascimento deu a volta a esta forma de entender a arte: Se torna independente, faz seus artistas sentir-se soberanos, saem à luz e festejam, com sua liberdade de criação, a vida humana e sua razão.

O antropocentrismo questionou e derrubou o teocentrismo, incluso dentro da arte religiosa, humanizando o divino, apresentando o anterior *Pantokrator* como um Jesus muito humano, demasiadamente humano, sofredor e mortal, e às imagens do Criador, antes ícones estáticos e simbólicos, como um ser feminino, poderoso, que se aproxima ao homem, embora pareça indiferente.

Colocar o homem no centro dos diferentes saberes e das artes, derrubou também o monopólio eclesiástico sobre o conhecimento e revolucionou a forma de aproximar-se do mundo para lhe arrancar os seus segredos, e a ciência empírica viu a luz graças aos sábios renascentistas.

O que renasceu depois do período de letargo, que significou a Idade Média, foi o gosto pela vida, pela sensibilidade, pelas cores, pela luz, pela beleza e pela agilidade do corpo humano. O homem voltou do além, e descobriu o paraíso neste

mundo, um paraíso de formas, cores e sons que o extasiaram. O Renascimento se vivenciou como festa, como exaltação, como excesso e, segundo Schwanitz (2004, p. 85), essa é a razão de que se expressasse principalmente nas artes que se dirigem diretamente aos sentidos: a pintura, a arquitetura e a música.

O Renascimento abarca aproximadamente cento e trinta anos, de 1400 a 1530. Surgiu na Itália porque foi ali que o feudalismo se extinguiu primeiro, e faleceu na Espanha, onde o feudalismo se alastrou por muito mais tempo. Esse matiz influenciou também a política, pois a Itália se converteu em um conjunto de Cidades-Estado, enquanto que a Espanha se unificaria em torno de um Reino feudal (SCHWANITZ, 2004, pg. 88).

A Itália financiou a criação da arte com as vias comerciais do Oriente que passavam pela Itália. Por isso, os portos do sul acumularam capitais, o artesanato e a indústria têxtil cresceram e formaram uma poderosa burguesia.

Roma, a capital do catolicismo, colaborou com esse enriquecimento, pois lá chegavam às ajudas e tributos de toda a Europa cristã. Em 1450, a cidade foi reconstruída em torno da nova Catedral de São Pedro. Para pagar as despesas, a Igreja recorreu à arrecadação de tributos e à venda de indulgências, fato que daria lugar à Reforma de 1517. Mas algo de bom nos deixou esses abusos, pois na reconstrução da cidade e da Catedral, muitos artistas (escultores, arquitetos e pintores) foram contratados, entre eles Miguel Ângelo, que pintou a Capela Sistina.

Por outro lado, como consequência do capitalismo, a Itália converteu-se também em centro de operações financeiras. Dietrich Schwanitz chama a atenção sobre o fato de que na maioria dos termos relacionados com a economia e ao mundo dos bancos, tenham sua origem no italiano renascentista: conta, giro, bancarrota, crédito, desconto, etc. A capital do mundo bancário foi a cidade de Florencia, e a família mais influente da Itália, dona do maior banco florentino foi a família dos Médici. Ela será a mecenas dos grandes artistas renascentistas, e converterão sua cidade na capital da arte mundial, cuja pintura, arquitetura e teatro serão inspiração para o resto dos renascentistas.

Mas não somente os Médici financiaram a arte. Na Itália medieval tinham surgido cinco Cidades-estados mais poderosas que as outras. Em cada uma delas havia uma família (ou instituição) que destacava sobre as outras por seu poder econômico e a influência que mantinha sobre as instituições. Em Milão, governavam os Sforza; no estado Pontifício, os Papas (e a família dos Borgia, que influenciava os Papas); em Veneza não governava uma família, mas um grupo de famílias que nomeava um

duce (chefe) e contratava uma força policial. Isso deu mais estabilidade a Veneza do que a outras Cidades-Estado italianas. A última delas foi Nápoles, disputada pelos governantes de Aragão (na Espanha) e Anjou (na França). Cada uma dessas famílias financiou a criação das cidades renascentistas e sua arte.

Junto com numerosos arquitetos, artesãos e construtores, os artistas renascentistas encheram a Itália de arte, de riqueza e de beleza. Em Roma destacou-se a catedral de São Pedro, o maior templo do catolicismo. Em Florência destacou-se a cúpula da catedral que Brunelleschi levantou com a riqueza dos Médici e as centenas de quadros que a família Petti pagou para enfeitar os palácios situados à beira do Arno. Pisa se fez famosa por sua torre, Vicenza por seus elegantes palácios de colunas neoclássicas, e Veneza por sua assombrosa e mágica cidade levantada sobre a água.

Os principais artistas italianos foram: Sandro Botticelli, de Florência (1444-1510), Leonardo da Vinci nascido em Vinci, perto de Empoli, (1492-1519), Michelangelo Buonarroti (1475-1564), Tiziano (1488-1576) e Rafael (Raffaello Sânzio, (1483-1520).

Mas depois de 130 anos, a Itália viu decair drasticamente sua riqueza, e com ela, sua produção artística. As causas disso foram basicamente duas: a “descoberta” da América por Colombo e a Reforma de Lutero.

Em 1492, o genovês Cristovão Colombo chegou à América e, em 1498, o português Vasco da Gama chegou à Índia. Assim, os portos de Amberes e de Lisboa converteram-se nos preferidos dos comerciantes europeus, propiciando o declínio dos portos italianos. Por outro lado, em 1517, Martinho Lutero colocou suas 95 Teses na porta da capela do castelo de Wittemberg, expressando sua desconformidade com as práticas religiosas e os costumes da hierarquia da Igreja. Isso daria lugar a uma enorme deserção no catolicismo. Para Itália, esse enorme cisma se traduziria na interrupção do fluxo de dinheiro e na decadência da produção artística que tinha engalanado (enfeitado) a Península.

O Renascimento em outras regiões da Europa.

O movimento cultural e artístico italiano conhecido como Renascimento, atravessou rapidamente os Alpes e se instalou na França a partir do século XV, porém não cresceu senão até depois da guerra dos Cem Anos (finalizada em 1453), entre

França e Inglaterra, pela possessão do Ducado da Normandia.

As formas dos intelectuais e artistas franceses pensar o mundo e de representá-lo na arte, modificaram-se no contato direto deles com os italianos. Tão grande foi sua influência, que na França se institucionalizou uma verdadeira guerra contra a ignorância que questionou quase todos os aspectos da cultura medieval. A ideia de um mundo finalizado, estático e perfeito, proveniente do aristotelismo e consagrado na interpretação tradicional de Gênesis 1, destruiu diante de todas as coleções de novos conhecimentos que foram chegando à Europa trazidos por aventureiros, navegantes, missionários, conquistadores, cartógrafos e cientistas, das terras “descobertas” em outros continentes.

Tradicionalmente considera-se o rei Francisco I como “O Restaurador das Letras” por ter sido o mecenas principal das artes e das letras e ter possibilitado, assim, o desenvolvimento do movimento renascentista em seu reino. Contratou Leonardo da Vinci para trabalhar na sua corte, e é nesta época que ele pintou a Gioconda, A Virgem e o Menino Jesus, Sant’Ana e João Batista, algumas de suas obras mais conhecidas.

Eis alguns nomes de artistas renascentistas franceses, que você deve pesquisar: Jean Fouquet, Jean e François Clouet, Jean Goujon, Germain Pilon, Pierre Lescot e Jacques Bellange.

Na Espanha, o Renascimento se contextualiza em torno de todos fatos importantes acontecidos em 1492: a unificação dos reinos da península trás a tomada de Granada (o último bastião dos muçulmanos na Europa), a expulsão dos judeus, a oficialização do “descobrimento” da América, e a publicação da primeira gramática castelhana (língua que se impôs em todos os territórios espanhóis por ser a língua de Felipe e de sua esposa, Isabel), de autoria de Antônio de Nebrija.

Sobre o poder de Carlos I, e depois em seu filho Felipe, os territórios da Espanha tinham chegado a quase toda Europa, atravessado os oceanos até às Ilhas Filipinas e América, de tal forma que, como no caso do Império Britânico, no Império Espanhol o sol nunca se punha. Isso, traria muitos problemas ao Rei Felipe para administrar a coroa em seu próprio território, negociando com os nobres, porém principalmente para manter suas possessões na Europa, adquiridas quase todas elas por direito de herança.

Mas além das dificuldades de governar, os territórios enriqueceram a coroa, e o rei Felipe, católico fervoroso, empenhou-se em defender o catolicismo na Es-

panha e seus territórios europeus e fazer crescer a cultura, com seu mecenato, no reino que governava. Porém, nem todos os artistas espanhóis dependeram da coroa para sua produção, fato que proporcionou à Espanha, embora tenha sido de forma tardia com relação a outros países europeus (século XVI), a possibilidade de gerar o chamado *Século de Ouro Espanhol*.

Pesquise sobre pintores importantes internacionalmente: El Greco, Juan de Borgoña, Juan de Flandes, Juan Fernández de Navarrete, Juan de Juanes, Alejo Fernández e muitos outros.

Na arquitetura houve três estilos bem diferenciados:

- o estilo *plateresco*, assim chamado por parecido com o lavrado da rocha das fachadas com a artística prata lavrada. Veio do sul da Itália, onde a Espanha tinha possessões, mas ao combinar-se com o tradicional gótico espanhol, fez do estilo uma forma particularmente espanhola de enriquecer as construções;
- o estilo *purista*, que influenciado pelo movimento moralista de mesmo nome, se caracteriza pela sobriedade dos enfeites e a procura do equilíbrio e a simetria;
- o estilo *herrerista*, que recebe o nome de seu principal expositor, Juan de Herrera, que construiu o Palácio do Rei Felipe e o Mosteiro dos Agostinianos, em um mesmo prédio, o famoso *Real Monasterio de San Lorenzo del Escorial*.

A arquitetura espanhola do século de ouro espalhou-se, por causa dos palácios e das igrejas dos missionários, nos países da colônia, onde assumiram características do barroco e do plateresco, misturadas a motivos nativos, como plantas e animais.

O Renascimento sempre produziu grandes literatos: os italianos Dante, Boccaccio e Petrarca; o inglês Shakespeare; o holandês Erasmo de Rotterdam e muitos outros são exemplo disso. Mas em cada país o Renascimento cultivava alguma característica peculiar. Se o Renascimento italiano destaca-se por sua produção científica, pictórica e arquitetônica, o Renascimento espanhol sobressai sobre os outros países europeus por sua produção literária. O século de ouro espanhol é, principalmente, um século dourado na produção literária.

Eis alguns nomes de escritores famosos, dos quais você terá que pesquisar: Juan Luis Vives, Marqués de Santillana, Jorge Manrique, Fernando de Rojas, Lope de

Veja, Francisco de la Torre, Lope de Rueda, Fray Luis de León, Fray Luis de Granada, Santa Teresa de Ávila, San Juan de la Cruz, San Ignacio de Loyola.

Cabe destacar que o colonialismo espanhol possibilitou a produção científica ligada, sobre tudo, à navegação, gerando grandes conhecimentos científicos no âmbito da Física, da Geografia e da Cartografia, da Biologia, da Medicina da Engenharia, da Matemática, da Astronomia e da Química. As famosas Universidades espanholas, como Salamanca, Sevilla e outras, foram também o berço de grandes cientistas sociais e do Direito, como Martín de Azpilcueta, Bernardino de Sahagún e muitos outros.

O Barroco

A Reforma de 1517 supôs uma grande transformação na arte europeia, sobre tudo pela violência trazida pelos movimentos **iconoclastas** ao norte da Europa, que se opuseram a todo tipo de produção de imagens por serem consideradas fontes de idolatria pagã. Na Contrarreforma, sobre tudo a partir de 1550, gerou-se um movimento de oposição à iconoclastia, que pretendeu propagar a afeição católica pela imagem, construindo igrejas que transmitissem solenidade no meio do excesso de adornos. Assim nasceu o Barroco, dentro da Cúria eclesiástica, porém logo atravessou seus muros e foi assumida pelos Príncipes, e esta arquitetura converteu-se no símbolo do poderio e luxo dos reis e dos nobres, entre os séculos XVII e XVIII.

Como poderá ser observada, a arte barroca está ligada aos países católicos, estando praticamente ausente naqueles que aderiram às Reformas protestantes.

A palavra Barroco designava no mundo dos artesãos, das joias, uma *pérola irregular*. Na sua origem, esta palavra era utilizada como conceito depreciativo a esta nova forma de arte. No entanto, quando foi assumida pelos Príncipes absolutistas e aristocratas para mostrarem seu poder soberano, o novo conceito de arte se elitizou. O Barroco representa a submissão das partes ao todo. Na arquitetura e na pintura se caracteriza pela tensão causada na presença de formas lineares e curvas em abundância, adornos exuberantes, suntuosos e solenes.

Você pode pesquisar sobre os arquitetos barrocos de maior renome, que foram italianos, franceses e portugueses: Francesco Borromini, Louis Le

.....
Iconoclasta
significa *que destrói imagens*. O movimento iconoclasta originou-se no século VII por ordem do Imperador bizantino León III, que mandou destruir as imagens de Jesus Cristo, de Maria e dos Santos.

Vau, Jules Hardouin-Mansart, Claude Perraut, João Antunes e Diogo do Castilho. Na Espanha, este estilo teve sua maior representatividade na América Colonial, e não tanto na Península.

Na música, o excesso de detalhes se traduz no uso dos contrapontos, as dissonâncias, e as variações que quebraram com a monotonia temática das peças medievais. Os músicos mais conhecidos da época foram Johann Sebastian Bach, Domenico Scarlatti, Antonio Vivaldi e Arcangelo Corelli.

Na pintura barroca destacam os Rubens, Rembrandt, Pedro Brueghel (o Velho) e seu homônimo (o Jovem), Juan Steen, Jan Vermeer e outros.

O Rococó

O Barroco tardio acentuou os ornamentos e os aspectos decorativos na pintura e na arquitetura. Os enfeites em forma de concha, chamados de *rocaille*, deram o nome ao Barroco Rococó, um estilo artístico em moda de 1720 a 1760 e nascido na França. Teve sua origem na aristocracia absolutista, porém orientou-se para o frívolo e o fútil. Neste sentido, o pintor francês Watteau (1684-1721) influenciou decididamente a arte ao retratar as Festas Galantes e as Festas Rurais (as *Fêtes Galantes* e as *Pique-Nique*), temas mais representativos do Rococó, por expressarem o desejo da aristocracia de fugir do desagradável e encontrar-se idilicamente em contato com o mundo livre dos pastores, com a eterna juventude e a sensualidade.

Outro famoso do Rococó, Jean Honoré Gragonard (1703-1806) recebeu a encomenda de pintar cenas eróticas (*As quatro estações do amor*), mas foram tão explícitas que Madame Dubarry (que as tinha encomendado), as rejeitou.

Boucher, o terceiro grande pintor francês do Rococó ascendeu como pintor de câmara apoiado por Madame Popadour. Ele também pinta cenas pastoris e eróticas, porém, disfarçadas nas personagens mitológicas da Europa, Leda e outras.

Como pode perceber-se nestes comentários, o Rococó celebrou o triunfo do erotismo e as mulheres nunca apareceram tão belas na pintura, como nesta época (SCHWANITZ, 2004, p. 281)

LEITURA OBRIGATÓRIA

Este ícone apresenta uma obra indicada pelo professor-autor que será indispensável para a formação profissional do estudante.





Propomos a leitura do livro **A Inquisição em seu Mundo**, pois, esse é um tema que suscita, repulsa e indignação. O autor realiza uma análise profunda e serena mostrando-a não como um fato isolado, mas dentro das condições de vida que a explicam e a justificam.

GONZAGA, João Bernardino Garcia. **A Inquisição em seu Mundo**. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 1993.



REVISANDO

É uma síntese dos temas abordados com a intenção de possibilitar uma oportunidade para rever os pontos fundamentais da disciplina e avaliar a aprendizagem.



Rs

Na primeira unidade de estudo da nossa disciplina justifica o porquê chamar de Idade Moderna um tempo cronologicamente tão distante do nosso. Com a origem do termo, estuda-se também o marco cronológico de referência para este período histórico e promove-se uma atitude crítica diante do europeu-centrismo que marca esta classificação.

Na segunda unidade de estudo vimos a origem histórica do capitalismo, suas raízes feudalistas, as causas de seu desenvolvimento na competição comercial entre as monarquias europeias, a indústria da manufatura e a dependência dos grandes capitais dos metais preciosos trazidos da América. Além de serem citadas as leis do mercantilismo se mencionam de forma sintética as causas da crise econômica do século XVII.

Podemos aprender na terceira unidade de estudo que o mercantilismo foi, na sua origem, uma filosofia econômica, ou seja, uma forma de pensar a economia, porém, a expansão marítima possibilitou sua concreção nas monarquias mais influentes da Europa, ainda feudal. O mercantilismo possibilitou um ordenamento na economia europeia, incentivou a produção de manufaturas, a exportação, o protecionismo, a criação de bancos e o fortalecimento das monarquias absolutistas. As características principais do mercantilismo foram o *popularismo*, o *buloinismo*, o *protecionismo* e o *absolutismo*.

Vimos na quarta unidade de estudo o protestantismo, que é um fenômeno histórico sumamente complexo, que teve origem de seu nome no protesto que os príncipes alemães fizeram a Carlos V, pelas decisões que o monarca tinha tomado contra eles e contra Lutero. Porém, o nome de protestantes se aplica hoje a todos os movimentos que, no meio de um clima de nacionalismo e de revolta contra a influência da instituição eclesiástica, constituíram seus próprios dogmas, formaram suas próprias Igrejas, fortaleceram sua identidade como Estados Nacionais e comandaram verdadeiras guerras e revoluções sociais.

Vimos também no decorrer dessa unidade de estudo o fenômeno protestante, suas causas sociais e psicológicas, o ambiente de degradação moral da Igreja Católica, as tentativas internas de sua reforma, a revolta de Lutero, as revoluções subsequentes, a origem do anglicanismo e outros movimentos denominados hoje "reformistas" e sua influência na moral e na economia contemporânea. Foi abordado o Concílio de Trento, como principal movimento eclesiástico de reforma interna, em seus três períodos.

Na última unidade de estudo de nossa disciplina analisamos o Renascimento

como um fenômeno artístico-literário de grandiosa produção material, intelectual e científica, centralizada na valorização da natureza humana e na razão, que produz uma verdadeira revolução na forma da humanidade entender, representar e conviver com o mundo e produzir cultura. Estudamos também as características principais dos movimentos renascentista e barroco, com a ideologia que os fundamentou.

AUTOAVALIAÇÃO

Momento de parar e fazer uma análise sobre o que o estudante aprendeu durante a disciplina.



1. Qual é o argumento mais utilizado para justificar a tomada de Constantinopla como marco referencial para o início da Idade Moderna?
 - a) Ali nasceu a ciência árabe que chegou à Europa.
 - b) Ali começou a cultura moçárabe e sua influência na Europa.
 - c) Ali surgiu a forma moderna de governar um reino, democraticamente, e sob um regime liberal e capitalista incipiente.
 - d) Significou a destruição definitiva do Império Romano do Oriente.
 - e) Nenhum dos argumentos é válido.

2. Quais foram os acontecimentos históricos que Chritophorus Cellarius utilizou para fazer sua divisão dos períodos históricos?
 - a) A época em que Constantino governava e a queda de Constantinopla.
 - b) A queda de Constantinopla e a Revolução Industrial.
 - c) A queda de Constantinopla e a revolução científica.
 - d) A queda de Constantino e o surgimento do regime feudal.
 - e) Nenhuma das opções é correta.

3. Identifique a alternativa que considera corretamente princípios do Mercantilismo Moderno e menciona os países mais influenciados por essa doutrina econômica.
 - a) Os princípios: intervencionismo, liberalismo relativo e absolutismo. Os países: Espanha, Portugal e Holanda.
 - b) Os princípios: popularismo, intervencionismo e liberalismo. Os países: Espanha, França e Portugal.
 - c) Os princípios: popularismo, bulloinismo, protecionismo. Os países: França, Inglaterra e Espanha.
 - d) Os princípios: popularismo, assistencialismo e protecionismo. Os países: França, Espanha e Inglaterra.
 - e) Nenhuma opção é correta.

4. Considerando as regras Mercantilistas de Von Hornick, assinale as alternativas corretas:
- I. Os excedentes nacionais devem ser trocados por outros produtos.
 - II. Ouro e prata devem estar em circulação internacional.
 - III. Os excedentes nacionais devem ser vendidos por ouro e prata.
 - IV. Somente devem ser importados produtos não existentes e necessários ao país.
 - V. A exportação e importação dependem das políticas de reciprocidade.
- a) Unicamente III e IV são verdadeiras.
 - b) Somente II e V são verdadeiras.
 - c) Todas as alternativas são falsas.
 - d) Somente I e IV correspondem às leis de Von Hornick.
5. Os países mais beneficiados pelas políticas mercantilistas dos séculos XVI – XVII foram:
- a) França e suas colônias.
 - b) Portugal e suas colônias.
 - c) Espanha, França, Inglaterra e Holanda.
 - d) Espanha, Portugal e Alemanha.
 - e) Inglaterra, Espanha e suas colônias em ultramar.
6. Mercantilismo e o Absolutismo Monárquico relacionam-se por quê?
- a) A monarquia controla a balança comercial, procurando enriquecer o Estado, com quem, no final de contas, se autoidentifica.
 - b) A monarquia impede o desenvolvimento econômico, para controlar as massas.

c) A monarquia estimula o desenvolvimento econômico para agradar os produtores.

d) E monarquia decide o que produzir e o que exportar.

e) Nenhuma das alternativas anteriores responde a esta questão.

7. Em que consistia a simonia?

a) No comércio dos objetos sagrados.

b) No comércio de possessões anteriormente doadas à Igreja.

c) Na promessa da salvação em troca duma espórtula.

d) No comércio dos objetos relacionados aos apóstolos e aos cristãos primitivos.

e) Não existe aqui uma resposta válida.

8. Foram motivações teológico-religiosas para Lutero lançar suas Teses?

a) A simonia e as relíquias.

b) O dogmatismo eclesiástico.

c) As indulgências e o tema da graça.

d) A infalibilidade papal, a Eucaristia e as indulgências.

e) Todas as alternativas propostas são verdadeiras.

BIBLIOGRAFIA

Indicação de livros e sites que foram usados para a constituição do material didático da disciplina.



B10

ARRUDA, José Jobson de A. **História moderna e contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1977.

_____. **História moderna e contemporânea**. 20. ed. São Paulo: Ática, 1987.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BURKE, Peter. **O Renascimento**. 1. ed. Lisboa: Texto & Grafia. Biblioteca Universal: História, 2008.

GIORDANI, Mário Curtis. **História dos séculos XVI e XVII na Europa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLMEDO, Daniel. **Historia de la Iglesia Católica**. Editorial Porrúa, México, Castelhano, 1985.

ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Edusp, 2004.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial**: os conquistadores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

TREVOR-ROPER, H. R. **Religião Reforma e transformação social**: Lisboa: Presença. Martins Fontes, 1972.

WARNKE, Martin. **O artista da corte**: os antecedentes dos artistas modernos. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWANITZ, Dietrich. **La cultura: Todo lo que hay que saber**. Taurus, México D. F., Castelhano, 2004.

Bibliografia Web

ARAÚJO, Leonel Martins. Europa renovada: Renascimento e Humanismo - Do maneirismo ao Barroco. **Revista da Católica**. v. 3 n. 5 - Jan./Jul, 2011. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/11-historia.pdf> - Acesso em 06-06-15.

FÁRIA, Marcos Roberto de. **Os Jesuítas e a Contrarreforma: Contribuições para a história da Leitura no Brasil-colônia**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss02_05.pdf - Acesso em 06-06-15.

GONZAGA, João Bernardino. **A inquisição em seu mundo**. Disponível em: <https://app.box.com/s/vfx9arrfa62fz23v7rli> - Acesso em 06-06-15.

MATOS, Laura Valladão de. **As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000100006&script=s-ci_arttext - Acesso em 06-06-15.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **As reformas religiosas na Europa Moderna, Notas para um debate historiográfico**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a08.pdf> - Acesso em 06-06-15.

MURILLO, Jaime. **La economia de Europa en la Edad Moderna**. Disponível em: www.hcostarica.fcs.ucr.ac.cr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:europa-moderno&catid=3:conquista&Itemid=2 - Acesso em 26-05-2015.

NETO, Felipe Sabino de Araújo. **As 95 Teses de Martinho Lutero**. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/credos/lutero_teses.htm - Acesso em 27/06/2015

REVISTA de História.com. br. **História do Brasil por quem mais entende do assunto**. Entrevista com Ciro Flamarion, 2012. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ciro-flamarion> - Acesso em 12/08/2015.

TEMPO E ARGUMENTO. **Revista de Pós-Graduação em História**. Sobre a História do Tempo presente. Entrevista com o historiador Henry Rousso. V.1, n.1, p. 201-216, 2009. Disponível em: www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/705/608 - Acesso em 16/08/2015.

WOODS, Hellen. **As Origens agrárias do Capitalismo**. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZWXNMdmVIMVVVT0E/edit - Acesso em: 06-06-15.

